

Acção Socialista

Nº 1248 - 13 Julho 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



No debate do estado da Nação, o Governo lembrou os compromissos já cumpridos e apresentou um discurso virado para o futuro

O DESAFIO DO CRESCIMENTO



ENTREVISTA

Susana Amador:
Evolução e confiança



13

GOVERNO DECIDE

Eleições autárquicas a 9 de Outubro

9

EM LISBOA

Carrilho quer apoiar idosos e crianças



9

NO PORTO

Francisco Assis vai criar pelouro da Ciência



9

UM SÉRIO AVISO AOS CÍNICOS...

I. Londres, 7 de Julho. O terror voltou a ditar a sua lei. A memória de 11 de Setembro de 2001 em Nova Iorque regressou, do mesmo modo que a de 11 de Março de 2004 em Madrid. Poderá alguma vez a violência contra inocentes redimir os erros da humanidade, quaisquer que sejam? Naturalmente que não. Mas impõe-se que possamos interrogar-nos sobre as raízes do mal-estar e sobre os fundamentos da violência. Não importa saber, neste momento, quais os resultados exactos das investigações policiais, o que interessa é reflectir sobre a razão de ser do fenómeno. Nenhuma explicação é satisfatória. Samuel Huntington falou do “choque das civilizações”, mas o certo é que estava a pensar em conflitos entre potências e na dialéctica tradicional amigo/inimigo. Os movimentos anti-globalização insistem nas injustiças e nas desigualdades, mas os artífices do terror têm muito pouco a ver com uma revolta social. Outros chamam a atenção para a necessidade de reforçar os meios policiais e para a limitação das garantias civis, o que é errado. Há quem diga ainda que é preciso conhecer melhor as outras civilizações e outras culturas e religiões, mas do que parece tratar-se é de incompreensão e não de desconhecimento. A verdade é que quando ouvimos os inspiradores do terrorismo, como Ossama Ben Laden, o que encontramos é um velho ódio, enroupado de messianismo cego e irracional. As explicações são todas insatisfatórias. Falta entender a raiz do fenómeno. E, no entanto, ouvimos apelos à violência como se ela pudesse ser purificadora. E não se diga que se trata do fenómeno religioso e dos seus efeitos perversos. Pelo contrário, estamos perante um perigoso vazio no diálogo entre fé e racionalidade. E lembramo-nos bem do que o Papa João Paulo II fez para contrariar a tendência doentia de incompreensão e indiferença. O “espírito de Assis” procurou lançar as bases de um diálogo inter-religioso que pudesse preencher o vazio, ocupado nas sociedades contemporâneas pelo egoísmo, pelo consumismo e pelo imediatismo. E é a democracia que se ressent de esse vazio de valores e princípios, que subalterniza a dignidade da pessoa humana e que torna a liberdade puramente processual. J.Habermas no diálogo com o Cardeal Ratzinger (agora publicado pela revista “Estudos” de Coimbra) põe o dedo na ferida. A liberdade religiosa tem de abrir campo a um pluralismo dialógico e vivo, que não se feche numa redoma laicista, que destrói o fundamental de uma laicidade saudável e positiva. Nenhum Deus pode fundamentar ou justificar a violência. Temos de regressar à lição de Gandhi, para quem a não-violência teria de ser posta em prática a partir de um uso adequado da vontade e da força. Eis porque o mal com que nos debatemos é mais fundo do que possa parecer. Não se resolve no Iraque. Não se resolve com mais polícia. Exige atenção e vontade.

II. Timothy Garton Ash, perante os acontecimentos de Londres relembra: “é necessária uma política inteligente. Foi uma medida correcta tirar pela força a Al-Qaeda do Afeganistão. Pelo contrário, torna-se cada vez mais claro que a invasão do Iraque foi um erro, sendo quase certo que isto criou mais terroristas do que aqueles que eliminou. Mas agora é preciso tentar reparar as coisas da melhor forma possível. A última atitude a tomar como resposta a este ataque seria abandonar o Iraque. Pelo contrário, esta é a altura certa para todos os países se unirem na construção de um Iraque pacífico e semi-livre, em vez de insistirem numa política de mais mudanças e ocupação por parte de uns Estados Unidos desapaixonados, e já não inspirados pelo vigor neo-conservador de há três anos atrás” (Público, 10.7.05). Precisamos de inteligência e de um sentido prático que tenha bem presentes os valores democráticos. Teremos de continuar a prevenir um “choque de civilizações”, do mesmo modo que teremos de contrariar todas as formas de protecção e as políticas que agravam as desigualdades e as injustiças. Trata-se de um jogo em vários tabuleiros. O diálogo inter-religioso é fundamental. A reorganização do sistema das Nações Unidas, também. A paz exige mais desenvolvimento. A segurança obriga ao reforço dos Estados de direito, do primado da lei e da legitimidade democrática. E não se esqueça que o combate ao terrorismo passa também pela luta contra o crime financeiro, contra a opacidade e a mentira de certas práticas económicas, contra a fraude e a evasão fiscais, contra os “off-shores”...

III. Perante a actual crise europeia, todos somos chamados a encontrar um caminho que deve assentar em três vertentes: (a) a União Europeia tem de se tornar um protagonista activo e interveniente na cena internacional, o que exige mais Europa política; (b) é fundamental haver uma parceria euro-atlântica capaz de lançar as bases de uma reforma das Nações Unidas, no sentido do equilíbrio, do desenvolvimento, da justiça e da legitimidade democrática, com atenção especial às desigualdades, ao atraso e à exclusão, bem evidentes nas relações Norte-Sul, bem como de uma regulação económica internacional perante a emergência dos grandes mercados asiáticos; (c) terá de ser encontrada uma nova síntese política que preserve o essencial da justiça distributiva do Estado social europeu, a competitividade e a flexibilidade dos mercados abertos à inovação, numa palavra a convergência social e a força inovadora dos mercados. Não tenhamos dúvidas: só a fragilidade económica e social da União Europeia e a sua fragmentação darão campo à insegurança e à globalização do terror... Eis um sério aviso aos cínicos.



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

gom@ps.parlamento.pt

<http://blogs.parlamento.pt/casadoscomuns>

EXCLUSIVO «ACÇÃO SOCIALISTA»

SE O RIDÍCULO MATASSE

Dia 4 de Julho de 2005, pelas 11h00. As imagens falam por si. À falta de obra, a Câmara Municipal de Lisboa Inaugura placas toponímicas na cidade. Os preparativos, a montagem do palco, do toldo e a colocação da Polícia Municipal começaram três dias antes do “evento”.

No “dia do acontecimento” o trânsito é cortado uma hora antes da chegada do sr. presidente Santana Lopes, que chega atrasado cerca de 20 minutos, pelas 11h20. O carro pára, mas logo arranca de novo. O sr. presidente ultima um telefonema.

Chega o grande momento... na falta dos prometidos Túnel das Amoreiras, Casino de Lisboa, Catedral de Lisboa ou Parque Mayer, Santana Lopes apenas inaugura um bloco de cimento no centro de uma rotunda cheia de erva seca e na qual foram colocados dois vasos de verdura para o “acontecimento”!

Parabéns aos munícipes de Lisboa: temos mais uma placa. A rotunda, essa, já lá estava há mais de 10 anos.



Praça S. Francisco Xavier

DEBATE SOBRE O ESTADO DA NAÇÃO

GOVERNO APRESENTA NOVA LEI DA NACIONALIDADE

O Governo surgiu no debate sobre o estado da Nação consciente do muito trabalho que tem pela frente. Com firmeza, não deixou de referir as medidas que já tomou em apenas cem dias, mas não deixou escapar as metas que propõe para o futuro.

O primeiro-ministro, José Sócrates, surgiu no Parlamento em grande forma. O chefe do Governo, iniciou a sua intervenção lembrando que o país precisa neste momento, não de discutir o passado, "porque o julgamento dos portugueses sobre esse período está feito e bem feito", mas de olhar para o futuro de forma a que, identificados os problemas e estrangulamentos com que nos debatemos, "os saibamos resolver apontando as justas soluções".

Elegendo o crescimento económico com a prioridade maior para Portugal, Sócrates lembrou que é preciso retomar uma trajetória de crescimento sustentado e de convergência com a Europa.

Só percorrendo este caminho, disse ainda o primeiro-ministro, é possível reduzir o desemprego, melhorar as condições de vida das pessoas e combater a pobreza e as desigualdades.

Para José Sócrates, Portugal não pode nem deve ficar preso à conjuntura económica internacional, ficando de braços cruzados à espera que o petróleo desça ou que o projecto de construção europeia saia das incertezas com que de momento se debate. Há, como referiu, uma assinalável margem de progressão que está ao nosso alcance percorrer, "de modo a que possamos superar o actual panorama de estagnação económica em que nos encontramos".

Mas para que este cenário tenha pernas para andar, defendeu ainda o chefe do Executivo socialista, exige-se do Governo "e de todos nós", uma estratégia de intervenção em várias frentes: um compromisso claro com a consolidação das contas públicas; um contrato de confiança para o investimento e um Plano Tecnológico capaz de impulsionar a economia nacional.

A nova lei sobre a nacionalidade foi contudo a novidade que o Governo reservou para este debate sobre o estado da Nação. Aprovada no dia seguinte em Conselho de Ministros, a lei (*ver notícia nesta edição*) visa favorecer o pleno acesso à cidadania e à integração na sociedade portuguesa das pessoas que nasceram em território português e que mantêm uma forte ligação à comunidade nacional. Também aqui, como referiu o



primeiro-ministro, "trata-se de reforçar a coesão nacional". Prometendo que as medidas que o Governo vai introduzir na lei serão feitas "com conta peso e medida", José Sócrates fundamentou as alterações em três pontos que classificou de fundamentais. Passará, em primeiro lugar, como referiu, a ser possível a aquisição originária da nacionalidade às pessoas nascidas em Portugal que sejam filhos de progenitores que também já tenham nascido no país e que tenham aqui permanecido. A segunda alteração que a lei defende visa a possibilidade de aquisição da nacionalidade às pessoas nascidas em Portugal, filhas de progenitores imigrantes que no momento do nascimento se encontrem legalmente em Portugal há pelo menos seis anos. Finalmente a nova lei da nacionalidade propõe um terceiro e último ponto que passará a permitir a aquisição derivada da nacionalidade, por naturalização, aos filhos de imigrantes que tenham nascido em Portugal e que aqui permaneçam até atingirem a maioridade ou cujos progenitores venham a legalizar, de forma duradoura, a sua situação.

A propósito desta alteração à lei da nacionalidade, o deputado António Vitorino manifestou o seu orgulho em ver que Portugal se encontra finalmente preparado para aprovar uma norma legal que vem recolocar o assunto da legalização dos imigrantes na estrada comum da legislação dos restantes parceiros comunitários. Para Vitorino, esta lei, além de justa, aduz ainda, como referiu, "uma importante e decisiva diferenciação, entre o que é imigração e o que é terrorismo", assunto que o deputado socialista e antigo comissário europeu

lembrou não deixa de ser assunto de especial actualidade.

O debate sobre o estado da Nação, recorde-se, aconteceu um dia após o Governo ter visto aprovado no Parlamento o Orçamento Rectificativo e dois dias depois de ter apresentado ao país o Plano de Investimentos em Infra-estruturas Prioritárias, (PIIP) no valor de 25 mil milhões de euros para o período de 2005-2009.

A realidade económica é o que é

Na sua intervenção, o primeiro-ministro sublinhou que o país tem hoje maior consciência da realidade em que se encontram as contas públicas. Um verdadeiro cenário de emergência, como referiu, obrigando o Governo a uma atenção acrescida em relação aos problemas que respeitam à urgente consolidação das contas do Estado. O relatório da Comissão presidida pelo governador do Banco de Portugal, lembrou José Sócrates, veio dizer-nos qual é a verdadeira realidade com que o país se defrontava ao nível das suas contas públicas. Foi com base nesse relatório que o Governo trabalhou para apresentar ao país o Programa de Estabilidade e Crescimento, que nas palavras do primeiro-ministro, "inclui o mais ambicioso conjunto de medidas estruturais alguma vez lançado em Portugal", medidas essas que, recorde-se, apontam para uma efectiva e verdadeira redução do défice orçamental. A este instrumento, outro se seguiu, o Orçamento Rectificativo, que assume a

>>>

OPINIÃO CORAGEM REFORMISTA



ALBERTO MARTINS
albertomartins@ps.parlamento.pt

O debate sobre o Estado da Nação deixou claro aquilo que já era evidente para todos. Se há marca que a nova maioria socialista está a imprimir é a marca da *coragem reformista*. Coragem para resolver os problemas há muito diagnosticados. Coragem para introduzir as mudanças há muito exigidas, *um intenso carácter de futuridade*.

Não compramos guerras fúteis nem fazemos reformas para a fotografia. Agimos de acordo com o programa sufragado pelos portugueses e em nome de Portugal. Não estamos aqui para gerir fatalidades ou meramente para administrar a coisa pública. O nosso compromisso é com o bem comum e com a qualidade de vida dos cidadãos.

Nos primeiros dias de governo, alguns astrólogos da vida política previram que, até às eleições autárquicas, o governo não ia governar. Que, nesta fase, a maioria e o executivo não passariam

de medidas simbólicas, numa lógica de comissão eleitoral. Estavam enganados. Ao longo de pouco mais de cem dias, já provámos que as notícias acerca do adiamento das reformas foram manifestamente exageradas.

Esta coragem reformista não representa nenhum capricho ou qualquer espécie de obsessão. É a situação do país que a exige. Não podemos garantir a sustentabilidade do nosso modelo social e a qualidade dos nossos serviços públicos sem introduzir neles as mudanças necessárias.

Antes das eleições, já sabíamos que a situação não seria fácil. Fizemos uma campanha eleitoral reconhecidamente responsável. Mas não podíamos prever a real dimensão do problema orçamental. Santana Lopes e Baço Félix, mas também Durão Barroso e Manuela Ferreira Leite, autoproclamados campeões do rigor, afinal deixaram o país com um défice de quase 7 por cento!

Não havia, pois, tempo a perder. Mas havia que evitar a repetição de receitas do passado. Repetir velhas receitas significaria adiar a resolução dos problemas.

A estratégia da direita passou e passa pelo ataque ao Estado Social, pelo desgaste da imagem dos serviços públicos. Para mais tarde os privatizar. Não é esse o nosso caminho. Nós queremos preservar os serviços públicos. Mas para isso não basta mudar alguma coisa para que tudo fique na mesma, como ainda acredita alguma esquerda. É preciso mudar a sério.

É nesse sentido que vai o nosso programa de reformas na segurança social, na saúde, na educação, na administração pública e no sistema fiscal. Isto é, a *reforma do Estado Social*.

E aí estão medidas disciplinadoras nos sectores da saúde e da educação, que conciliam rigor e qualidade nos serviços prestados.

Ai está a urgente convergência dos regimes de segurança social, num ritmo equilibrado e numa base de concertação social.

Ai estão também os incentivos à mobilidade e produtividade na administração pública. (Desta vez, não serão repetidos os cortes cegos do passado. Não vamos congelar salários nem promoções. Mas não podemos continuar a alimentar o monstro de privilégios corporativos criados pelo professor Cavaco Silva. Apostamos na avaliação e no mérito).

E aí estão finalmente importantes inovações no combate à fraude e evasões fiscais, nomeadamente com o anunciado levantamento do sigilo fiscal.

Como foi sublinhado, no debate sobre Estado da Nação, estas medidas não implicam uma redução do investimento público ou privado. Pelo contrário, a política de consolidação das contas públicas visa precisamente dar confiança aos agentes económicos e criar as condições favoráveis ao investimento. Agora, ao contrário do que sucedeu no passado, afirmamos a necessidade de assegurar níveis estáveis de investimento público.

Reafirmamos e concretizamos.

No início de Julho, o Governo apresentou um plano de investimentos. As obras do novo aeroporto internacional de Lisboa e do comboio de alta velocidade vão finalmente arrancar. E os investimentos não se ficam por aqui. Áreas fundamentais, até aqui desvalorizadas, estão agora no centro da estratégia nacional, em parcerias público-privadas de investimento: infra-estruturas no domínio do ambiente e dos transportes; requalificação do património cultural, do apoio social e da oferta turística; formação e sistemas de informação. Só assim nos poderemos tornar mais competitivos e mais coesos. Só assim podemos pôr o emprego a crescer.

É, portanto, um plano que concilia competitividade e coesão social. Para nós, não há qualquer contradição entre competitividade e coesão social. As nossas empresas só se tornam competitivas se existirem consumidores com capacidade para aceder aos seus produtos. A *coesão social* não é mais um fardo para a competitividade, não é apenas uma questão de solidariedade; é, *ela própria, um factor de competitividade*.

No debate do Estado da Nação, avaliou-se a situação do país e discutiram-se as soluções do governo. Mas este foi também o momento para olharmos para o estado da oposição. A oposição tem um estatuto e um papel insubstituíveis no sistema político democrático. E, à nossa direita, o que é que vemos? A mais completa desorientação estratégica. Num momento de especial gravidade para o país, em que governo, maioria e sociedade civil discutem com seriedade políticas e soluções, a oposição de direita entretém-se com lutas internas e jogadas eleitoralistas, sempre a olhar para o passado. Com receio e medo do futuro.

O Dr. Marques Mendes, com receio e medo de uma limitação de mandatos, agora, por causa do eterno Dr. Alberto João Jardim, é contra. E o Dr. Marques Mendes, enquanto Ministro dos Assuntos Parlamentares, era um defensor da política de rigor orçamental. Agora, hesita. Nuns dias diz que é a favor da diminuição da despesa, noutros dias critica o governo pelo congelamento de salários e carreiras na função pública. Em que é que ficamos?

O Dr. Marques Mendes manifesta-se interessado em promover um debate sobre «o papel do Estado». Era importante perceber o que é que tem em mente quando fala em «repensar o papel e a dimensão do Estado». Quer despedir funcionários? Quer reduzir os serviços públicos essenciais e as políticas sociais? Quer privatizar os serviços públicos?

E à esquerda? À esquerda, nada de novo. PCP e Bloco de Esquerda condenam o aumento da carga fiscal e só apresentam propostas que implicam aumento da despesa. Ainda não perceberam a dimensão da crise orçamental do país. No essencial, continuam a ser uma caixa de ressonância de reivindicações corporativas e defensores de situações de privilégio que coexistem com inaceitáveis desigualdades. Relativamente ao projecto europeu, é a hipocrisia total. Fazem apelo a uma mitica Europa social, mas quando confrontados com as mudanças institucionais que a podem sustentar, recusam-nas. No fundo, exultam com a crise europeia e continuam a não querer a integração. Certo, pois, com uma triste constatação. O país esperava mais da oposição. E, certamente, tem esperança naquilo que o Governo socialista lhes pode trazer: reformas estruturais e um sentido de equidade e justiça que defendam o Estado Social. E promovam, num desenvolvimento sustentável, a competitividade e a coesão social.

EM ENTREVISTA À SIC

SÓCRATES DETERMINADO E CONFIANTE NO FUTURO

Os funcionários públicos serão aumentados todos os anos até ao final da legislatura, embora de "forma parcimoniosa". A garantia foi dada por José Sócrates no dia 5 em entrevista à SIC, onde confessou que a decisão de aumentar o IVA em dois pontos percentuais, fê-lo "passar por um dilema moral".

"Entre aquilo que disse na campanha eleitoral, não aumentar impostos, a fidelidade a essa palavra e o interesse nacional, optei pelo interesse nacional", disse, sublinhando que "quem está hoje de boa-fé e de espírito aberto, percebe que houve uma alteração das circunstâncias". E justificou esta decisão com o facto de se ter deparado com um défice de 6,83 por cento, que considerou um "número verdadeiramente chocante". Face a este quadro, o primeiro-ministro referiu que "não havia alternativa",

explicando que "não aumentar o IVA levaria ao aumento das taxas de juro". Sobre o plano de investimentos apresentado numa cerimónia no Centro Cultural de Belém, Sócrates sublinhou que este plano demonstra que "o Governo não abdica da sua economia e de lutar pelo crescimento económico e o emprego", tendo defendido mais uma vez a "importância estratégica" da construção do novo aeroporto da Ota e do TGV, considerando-os "absolutamente fundamentais" para o desenvolvimento do país".



Por outro lado, o chefe do Governo afastou liminarmente a possibilidade de optar pelo nuclear para diminuir a dependência energética do país, referindo que "as centrais nucleares continuam a apresentar

os mesmos riscos de perigosidade de há uns anos". Por isso, defendeu, "a aposta deve ser nas energias renováveis". Quanto à SCUT, reafirmou a intenção de mantê-las, explicando que "são um

instrumento ao serviço do desenvolvimento regional", no quadro de uma aposta na coesão social e territorial.

José Sócrates teve ainda a oportunidade de traçar uma clara linha de demarcação com as posições da direita e dos seus "opinion makers" sobre a reforma do Estado, reafirmando a sua defesa de um Estado Social e não de um Estado mínimo.

E explicou que é "em nome de uma ideia de esquerda que é preciso reformar o Estado Social", garantindo, nomeadamente, a sustentabilidade do sistema de Segurança Social.

Na entrevista, o primeiro-ministro disse ainda que vão ser alterados os regimes de pensões como o do Banco de Portugal e empresas públicas, que vão ser tomadas medidas para reduzir o tempo das listas de espera para intervenções cirúrgicas, que está preparado para fazer um discurso de vitória nas autárquicas de Outubro e que o PS não desistirá de querer um novo referendo sobre a despenalização do aborto.

J.C.C.B.

>>>

verdade nas contas, corrige o "logro do Orçamento para 2005, permite pagar salários, pensões e outras despesas deliberadamente não orçamentadas e reforça os instrumentos de combate à fraude e à evasão fiscais".

Mas ter que pôr as contas públicas no bom caminho não significa nem pode querer dizer estagnar a vida económica do país. Daí a aprovação do Programa de Estabilidade e Crescimento que pretende que o investimento público seja reforçado ao longo desta legislatura, e que em conjunto com o PIIIP, prepare o país para o futuro.

"Não sacrificaremos o investimento público de origem nacional", afirmou José Sócrates na discussão do estado da Nação.

O recurso aos expedientes das receitas extraordinárias é um desembaraço que já pertence ao passado. Foi o mau caminho que o Governo anterior quis seguir. Os resultados desta má solução, lembrou José Sócrates, estão a prejudicar o exercício orçamental presente e a continuar-se nessa senda, era o próprio futuro de Portugal que estava irremediavelmente comprometido.

Já este ano, prometeu José Sócrates, os resultados das opções do Governo no que respeita à redução efectiva do défice, vão trazer resultados positivos, para a economia, para as famílias e para as empresas. Pela primeira vez, defendeu, as medidas respondem, sobretudo, "ao desafio da sustentabilidade e visam produzir resultados para lá do ciclo eleitoral".

Mas a justiça e equidade são igualmente ideias que estão inscritas no Programa de Estabilidade e Crescimento que o Governo levou à aprovação do Parlamento. Deste programa, defendeu, "pode dizer-se tudo menos que são apenas os do costume a suportar todo o esforço que é necessário". Lembrou, a este propósito, o novo escalão de 42 por cento no IRS para os

rendimentos mais elevados, o congelamento da actualização dos vencimentos ou o fim da atribuição de prémios aos gestores públicos. Mas também se acabou com a limitação dos benefícios fiscais às empresas e dos quais não resultavam, como referiu, quaisquer efeitos úteis para a economia. Outras medidas foram ainda tomadas neste âmbito, como seja a eliminação da possibilidade das instituições financeiras reduzirem excepcionalmente o lucro tributável através do *off shore* da Madeira ou ainda o fim do regime especial para os titulares de cargos políticos.

No capítulo da segurança social, o Governo também resolveu mexer profundamente no *statu quo* existente. De facto, a tão discutida convergência entre os regimes de protecção social do sector público e privado, quanto à idade legal de reforma e ao método de cálculo das pensões, na opinião de José



Sócrates, "corresponde de facto, a uma elementar exigência de justiça", aliás há muito prevista na Lei de Bases da Segurança Social, "que expressamente

apresentamos nos compromissos eleitorais que assumimos".

A oposição está baralhada

A propósito da apresentação do Programa de Investimentos em Infra-estruturas Prioritárias (PIIP), o primeiro-ministro afirmou que a oposição anda transtornada. Para José Sócrates, dizer que este programa é apenas investimento em mais betão, é demonstrar que não se sabe do que se anda a falar.

De facto, os tão discutidos projectos da Ota e da alta velocidade, como referiu, "não chegam a mobilizar 10 por cento do investimento total deste programa, já que o essencial dirige-se para investimentos em ambiente, energia, qualificação urbana, património natural e para as tecnologias de informação e comunicação.

Mas o que se passa em relação à Ota e ao

TGV? Para o primeiro-ministro, esta é uma discussão sem qualquer lógica. Trata-se de duas infra-estruturas que na sua opinião são fundamentais para o desenvolvimento do país. Quem pergunta se Portugal precisa hoje destas infra-estruturas, coloca, na perspectiva do chefe do Governo socialista, mal a questão. Onde se deve situar a dúvida, diz José Sócrates, é se "daqui a dez anos precisamos ou não do novo aeroporto e do TGV". Para o primeiro-ministro a resposta só poderá ser uma: precisamos, e muito, destes equipamentos, sob pena de vermos fugir, como sublinhou, a competitividade do país face aos restantes parceiros da Comunidade.

Quanto à Ota, o primeiro-ministro pediu que o assunto fosse discutido com seriedade, até porque, como adiantou, "começa a ser um tema eminentemente técnico". A este propósito, lembrou que todos os estudos indicam, sem ambiguidades, que o "aeroporto da Portela verá a sua capacidade esgotada em 2015", altura que atingirá a sua capacidade máxima ao receber 18 milhões de passageiros por ano, realidade que prova, mesmo com todos os investimentos que nele ainda se possam fazer, que ficará extinta a sua capacidade. Para já não referir os riscos ambientais que este equipamento comporta, já hoje, para a cidade e para os seus habitantes e para as limitações operacionais que igualmente todos os estudos referem.

O primeiro-ministro lamentou que os partidos da direita, "que até há poucos meses estiveram à frente do Governo, e que nunca disseram que estavam contra o aeroporto da Ota", limitando-se na altura a afirmar que em 2007 o adjudicariam para que as obras estivessem concluídas em 2010, "venham agora dar o dito por não dito, e apresentem o projecto como uma aventura, uma irresponsabilidade e uma ideia disparatada ou mesmo como um elefante branco".

RUI SOLANO DE ALMEIDA

"AS DEMOCRACIAS NÃO TEMEM O TERRORISMO"

No debate do estado da Nação, o primeiro-ministro, José Sócrates, condenou o "atentado terrorista" em Londres, afirmando que não visou apenas o povo inglês, sendo também um "acto criminoso contra os povos livres do mundo". A reacção de José Sócrates foi transmitida no seu discurso inicial no debate do estado da Nação, na Assembleia da República. "As democracias não temem o terrorismo. O acto criminoso que esta manhã teve lugar em Londres merece o mais vivo repúdio e a mais firme condenação", declarou o primeiro-ministro. "Em nome do Governo português quero manifestar ao povo inglês o nosso mais profundo pesar e a nossa mais fraterna solidariedade", afirmou José Sócrates, dizendo que Portugal "está disponível para qualquer forma de cooperação que lhe seja solicitada". Depois de endereçar condolências às famílias das vítimas, o primeiro-ministro considerou que a ameaça terrorista "é global e deve ter uma resposta global". "Se alguma dúvida ainda existisse sobre as prioridades da Europa, este dramático atentado obriga a mais do que nunca os 25 países se manifestem unidos, coesos e fortes na construção da política comum de

segurança e de combate ao terrorismo à escala europeia e internacional". "Como antes em Nova Iorque e mais tarde em Madrid, todos nos sentimos atingidos por este acto terrorista. Este não foi apenas um atentado contra o povo inglês, foi um atentado contra os povos livres do mundo e um atentado contra a liberdade", sustentou o chefe do Governo. "A maior ameaça à liberdade é o medo, pois é isso mesmo que os terroristas não conseguiram de nós. Mais uma vez as democracias não temem em não cedem ao terrorismo", acrescentou. O ministro da Administração Interna, António Costa, disse hoje que foram tomadas as medidas de segurança necessárias, na sequência dos atentados ocorridos esta manhã em Londres, e garantiu não existirem razões para alarme em Portugal. "As medidas que deviam ser adoptadas foram adoptadas. As forças de segurança estão a agir em conformidade", declarou as jornalistas António Costa, acrescentando que "não há motivos de especial preocupação". O ministro de Estado e da Administração Interna fez estas declarações na Assembleia da República, antes do início do debate do estado da Nação.

INAUGURAÇÃO DA SEDE DE CANDIDATURA

CARRILHO PROMETE USAR VERBAS DE PUBLICIDADE PARA APOIO A IDOSOS E CRIANÇAS

A Câmara de Lisboa está a gastar milhões de euros num "despesismo ilegítimo" em autopropaganda a "embustes" como a reabilitação em edifícios que "estão em estado de ruína", acusou no dia 4 o candidato do PS à presidência da Câmara de Lisboa, Manuel Maria Carrilho. Falando na inauguração da sua sede de campanha, na Av. da República – que pretende que seja uma "fábrica de ideias" –, Manuel Maria Carrilho considerou que "quem precisa de tanta propagação" é porque "revela culpas no cartório face ao que fez nos últimos quatro anos e muita consciência pesada" e exigiu "com urgência a reposição de condições de igualdade entre todas as candidaturas" à Câmara Municipal de Lisboa.

Em contraponto, o candidato socialista prometeu que, se ganhar as eleições de Outubro, a autarquia "não gastará um cêntimo das verbas que tem previstas em publicidade até ao final do ano", canalizando-as em 2006 para iniciativas destinadas aos idosos e às crianças. Perante várias centenas de pessoas, Manuel Maria Carrilho reafirmou que os últimos quatro anos em Lisboa foram marcados por "trapalhadas, incompetências e, sobretudo, de vazio".

Referindo que "em vez da Lisboa para todos dos cartazes, temos a Lisboa para ninguém", o candidato do PS sublinhou que "a sua Lisboa com projecto, visando melhorar a qualidade de vida das pessoas, nomeadamente dos jovens e idosos, e valorizando o espaço público, é o oposto da Lisboa abandonada de há quatro anos".

Na sua intervenção, Manuel Maria Carrilho fez ainda um agradecimento especial aos mandatários da sua candidatura, nomeadamente a Daniel Sampaio, que fez o discurso inaugural da sessão, bem como às presenças de

José Sócrates e de Maria de Belém, que aceitou liderar a lista à assembleia municipal.

O secretário-geral do PS, José Sócrates, no seu discurso, voltou a manifestar a sua "confiança" numa vitória eleitoral do candidato socialista à Câmara de Lisboa, salientando que o que está em causa nas eleições de Outubro é a "continuidade" ou a "mudança".

Ou seja, explicou, "quem acha que Lisboa evoluiu nestes últimos quatro anos, deve votar no candidato do PSD, Carmona Rodrigues, mas quem acha que Lisboa precisa de uma mudança, de mais ambição e de um projecto, então deve apostar no PS e em Manuel Maria Carrilho".

Num apelo ao voto útil para derrotar a direita que desgoverna a cidade, José Sócrates frisou depois que "só há dois candidatos que podem vencer as eleições para a Câmara de Lisboa: Carmona Rodrigues ou Manuel Maria Carrilho".

O PS, sublinhou ainda o secretário-geral, além de ter "o melhor candidato, que melhores garantias oferece de ar um novo impulso à cidade de Lisboa", tem também o "melhor programa, para melhorar a qualidade de vida em Lisboa, com mais natureza, mais espaços verdes, e uma nova política de urbanismo, para fazer uma cidade para o cidadão e não para o automóvel".

Reduzir para metade entrada de carros

Entretanto, para melhorar a mobilidade e a qualidade de vida dos lisboetas, Manuel Maria Carrilho reafirmou no dia 6 o seu compromisso de reduzir para metade a entrada de carros na cidade ao longo do próximo mandato, caso ganhe as eleições autárquicas de Outubro.



"Mantemos o compromisso de que é possível em quatro anos reduzir para metade a entrada de carros em Lisboa", declarou Manuel Maria Carrilho no final de um almoço de trabalho com representantes das operadoras de transportes públicos e sindicalistas.

O candidato socialista à presidência da Câmara de Lisboa lembrou que, actualmente, entram todos os dias mais de 400 mil automóveis na cidade e defendeu que reduzir esse número para metade em quatro anos é "razoável e possível". Manuel Maria Carrilho manifestou-se convicto de que, com a conclusão das

obras da CRIL, da responsabilidade do Governo, será possível desviar de Lisboa cerca de 180 mil dos carros que todos os dias atravessam a cidade em direcção a outros destinos.

O candidato disse ainda que as medidas concretas para resolver os problemas da mobilidade em Lisboa serão apresentadas em Setembro, e que, em fase de pré-campanha, pretende ouvir sectores específicos sobre os diferentes problemas da cidade.

"É central resolver a questão da mobilidade. Não se resolve as questões da revitalização urbana sem resolver a ques-

tão da mobilidade. Todos os problemas estão interligados", sustentou.

Para Manuel Maria Carrilho, tem que haver "uma convergência das várias empresas transportadoras para a solução dos vários problemas", sublinhando que a questão da mobilidade "tem uma dimensão metropolitana" e não apenas concelhia. Por isso, defendeu, "a Câmara de Lisboa tem que garantir o papel de liderança na Autoridade Metropolitana de Transportes. Isso implica a alteração do diploma. É uma reivindicação minha enquanto candidato, mas o PS é que tem que o fazer", defendeu.

J. C. CASTELO BRANCO

PORTO

FRANCISCO ASSIS VAI CRIAR PELOURO DA CIÊNCIA

O candidato do PS à presidência da Câmara do Porto, Francisco Assis, prometeu criar um pelouro de Ciência, Investigação e Inovação caso seja eleito em Outubro.

Em comunicado, a Comissão de Candidatura de Francisco Assis refere que o compromisso foi assumido num debate sobre ciência, em que o candidato socialista defendeu o estabelecimento de parcerias entre a autarquia e os centros de investigação da cidade.

"A autarquia deve prestar o máximo de informação possível aos cidadãos e não se limitar a utilizar a tecnologia para difundir propaganda política de má qualidade como, por exemplo, acontece hoje em dia com o 'site' da Câmara do Porto", sublinhou o candidato.

Francisco Assis garantiu que a ciência será "um dos vectores fundamentais" do seu programa eleitoral, pretendendo dotar o novo pelouro "de todos os meios necessários para que possa desempenhar as suas funções".

Rio "incomodado" com a cidade

Entretanto, no dia 2, na inauguração da sua sede de candidatura, situada próximo da Casa da Música, Francisco Assis classificou o estilo e a linguagem de Rui Rio como de alguém que se "sente incomodado com a cidade" e "impróprio para um presidente da Câmara do Porto". Francisco Assis lamentou que Rui Rio não tenha revelado qualquer projecto ou



ideia novos na recente apresentação da sua candidatura, acusando ainda o candidato da coligação PSD/CDS/PP de estar a recorrer a um discurso de "vítima constante de conspirações" como "encenação ao serviço do cálculo político".

Segundo o candidato do PS, "quando Rui Rio se diz perseguido pela Comunicação Social, está na verdade a fazer sobre ela uma pressão directa, uma intimidação encapotada, para retirar dividendos futuros".

Por outro lado, Francisco Assis comprometeu-se, caso seja eleito, a introduzir alterações no Plano Director Municipal (PDM) do Porto, de forma a transformá-lo num "documento com ambição".

O ORÇAMENTO RECTIFICATIVO E AS AUTARQUIAS

Entre todas as medidas tomadas para enfrentar esta dramática situação de diferença entre despesas maiores do que as receitas, avulta o aumento do IVA, para 21 por cento, na sua taxa normal, destinado à Segurança Social, ou, também, a criação de um novo escalão no IRS, de 42 por cento, para aplicar a quem aufera rendimentos mais altos.

O Governo do PS e a maioria parlamentar socialista, como se sabe, tiveram que rectificar o Orçamento do Estado para o presente ano de 2005 que a antiga maioria, PSD-CDS, tinha deixado em vigor no nosso país.

Porquê? Desde logo porque o Orçamento não continha as verbas necessárias para pagar as despesas do Estado! Na verdade, a Comissão Constâncio assinalou que o Governo anterior deixou um "buraco" de cerca de 5.500 milhões de euros.

Para apresentar um Orçamento equilibrado, isto é, tendo um valor de receita global igual ao valor de despesa global, entre outros artifícios contabilísticos, não foram inscritas todas as despesas.

Por exemplo, para pagar o Serviço Nacional de Saúde faltavam 1500 milhões de euros, para suportar o pagamento dos funcionários públicos faltavam 360 milhões de euros, para o pagamento das pensões faltavam 228 milhões de Euros, para o Instituto de Estradas, faltavam 458 milhões de euros, etc., etc. Tudo isto para fingir o cumprimento do limite, de 3 por cento do PIB, para o défice do Orçamento. Nas contas forjadas do anterior Governo aparentava mesmo um défice de 2,9 por cento. Mas o governador do Banco de Portugal veio provar que o défice verdadeiro, para o ano 2005, é de 6,83 por cento. Sabem-se as consequências da situação.

Entre todas as medidas tomadas para enfrentar esta dramática situação de diferença entre despesas maiores do que as receitas, avulta o aumento do IVA, para 21 por cento, na sua taxa normal, destinado à Segurança Social, ou, também, a criação de um novo escalão no IRS, de 42 por cento, para aplicar a quem aufera rendimentos mais altos.

Ora, aqui vamos encontrar a primeira consequência para as autarquias deste Orçamento Rectificativo.

É que o montante dos fundos, a transferir para o poder local, é calculado com base na cobrança de impostos, dois anos antes. Quer dizer, portanto, que o aumento de impostos agora decidido vir-se-á reflectir nas receitas dos municípios e das freguesias, em 2007.

Só por via do IVA, as receitas municipais subirão em 2007 mais 44 milhões de euros, em 2008 mais 99 milhões de euros, tal como no ano seguinte, o que, até 2009, dará, aos municípios, um acréscimo de 242 milhões de euros, até agora não previstos nas transferências.

O Orçamento Rectificativo também inclui outras novidades para as autarquias.

Pela primeira vez, vem obrigar à publicitação dos contratos-programa e outros acordos e protocolos, entre o Estado e as autarquias, reforçando a transparência e, certamente, com consequências na equidade e equilíbrio da repartição dos recursos públicos.

Exclui das limitações ao endividamento municipal, os empréstimos contraídos para financiar projectos aprovados no âmbito da Iniciativa Comunitária INTERREG III.

No Imposto Municipal sobre Veículos, nos casos de aluguer de longa duração e de locação financeira (leasing), a receita deverá passar a reverter para o município do domicílio do utilizador.

É expressamente previsto o processo de transferência de novas competências para os municípios, mediante as verbas necessárias e correspondentes.

É prevista a transferência de verbas para as grandes áreas metropolitanas, comunidades urbanas e para as comunidades intermunicipais.

São previstas novas fontes de receita autárquica, como as decorrentes das obrigações municipais e de novas taxas.



LUÍS PITA AMEIXA
ameixa@ps.parlamento.pt

OPINIÃO

INOV-JOVEM

O Programa Inov-Jovem – Jovens Quadros para a Inovação nas PME –, foi aprovado pelo Conselho de Ministros de 24 de Março de 2005. Institui medidas de apoio à inserção de jovens diplomados nas áreas de gestão, engenharia, ciência e tecnologia e outras áreas críticas para a inovação e o desenvolvimento empresarial.

O INOV-JOVEM – Jovens Quadros para a Inovação nas PME é um programa desenvolvido no âmbito do Plano Tecnológico, que apoia a inserção, em pequenas e médias empresas, de jovens com idade até aos 35 anos, com qualificações de nível superior em áreas críticas para a inovação e o desenvolvimento empresarial.

Consubstancia dois tipos de apoios:

- A promoção de estágios profissionais, complementados ou não por formação, em que é comparticipada a bolsa de estágio e incentivada a posterior contratação;
- O apoio específico à celebração imediata de contratos individuais de trabalho.

Dirige-se a PME empenhadas em processos de inovação e desenvolvimento empresarial, em particular aquelas que visam ganhar e reforçar posições na produção de bens e serviços transaccionáveis.

Na sua primeira edição prevê a inserção de 1.000 jovens.

O Inov-Jovem tem como objectivos:

- Estimular o processo de inovação e desenvolvimento nas PME;
- Facilitar a inserção de jovens quadros em áreas potenciadoras de processos de mudança e desenvolvimento organizacional nas PME;
- Aumentar a intensidade tecnológica dos processos produtivos das PME;
- Possibilitar, aos jovens com qualificação de nível superior, o acesso a estágios profissionais em contexto real de trabalho, que facilitem e promovam as suas competências socioprofissionais e a sua inserção na vida activa;
- Possibilitar uma maior articulação entre o sistema económico e o sistema educação-formação, dinamizando o reconhecimento por parte das PME de novas formações e novas compe-

tências profissionais e potenciando novas áreas de criação de emprego.

O Programa estrutura-se em torno de quatro Medidas:

Medida 1 – Estágios Profissionais em PME
Apoio técnico e financeiro à realização de estágios em PME.

Medida 2 – Formação e Estágios em PME
Apoio técnico e financeiro a projectos de formação de carácter prático, que envolvam estágio profissional, tutoria especializada e formação em sala.

Medida 3 – Apoio à Integração
Apoio financeiro à contratação sem termo de jovens diplomados por PME com menos de 50 trabalhadores.

Medida 4 – Apoios a Projectos de Contratação
Apoio financeiro à contratação e integração de jovens diplomados por PME com menos de 250 trabalhadores.

O Inov-Jovem abrange jovens com idade até 35 anos, habilitados com qualificação de nível superior em áreas de formação específicas e que reúnam as seguintes condições:

- Jovens à procura do primeiro emprego;
- Jovens à procura de novo emprego.

Às pessoas com deficiência, não se aplica o limite de idade.

São consideradas, para efeitos deste Programa, áreas de educação e formação específicas, enquadradas nos seguintes grandes grupos:

- Artes e Humanidades;
- Ciências Sociais, Comércio e Direito;
- Ciências, Matemática e Informática;
- Engenharia, Indústrias Transformadoras e Construção;
- Saúde e Protecção Social;
- Serviços;
- Outras áreas de formação: mediante proposta das entidades gestoras do Programa e através de despacho conjunto do Ministro da Economia e da Inovação e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

Têm acesso ao Inov-Jovem as Pequenas e Médias Empresas (definidas de acordo com a Recomendação n.º 2003/361/CE da Comissão Europeia de 6 de Maio) inseridas nas seguintes CAE (Rev. 2.1 - Decreto-Lei n.º 197/2003, de 27 de Agosto):

- Indústria: divisões 10 a 37 da CAE;
- Construção: divisão 45 da CAE;
- Comércio: divisões 50 a 52 da CAE;
- Serviços: divisões 72, 73, 74 e 90 da CAE, bem como os projectos que se insiram na subclasse 01410 da divisão 01 e nas subclasses 02012 e 02020 da divisão 02 da CAE;
- Turismo: actividades incluídas nos grupos 551, 552, 553, 554, 633, 711 e as actividades declaradas de interesse para o turismo, pela Direcção Geral do Turismo e que se insiram nas classes 9232, 9233, 9234, 9261 e nas subclasses 93041 e 934042 da CAE;
- Outros Sectores de Actividade: mediante proposta das entidades gestoras do Programa e através de despacho conjunto do Ministro da Economia e da Inovação e do Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social.

O Inov-Jovem tem a duração de quatro anos. O financiamento é assegurado pelo Ministério da Economia e da Inovação e Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, designadamente pelos programas operacionais geridos por estes, dentro dos respectivos limites orçamentais. As empresas com apoio do Inov-Jovem têm prioridade no acesso a outras medidas públicas de incentivo à inovação, ao desenvolvimento empresarial, ao emprego e ao investimento na formação contínua dos seus trabalhadores, nomeadamente as inseridas no PRIME – Programa de Incentivos à Modernização da Economia.

Mais informações em <http://www.inovjovem.gov.pt/>
Ou IAPMEI – Instituto de Apoio às Pequenas e Médias Empresas e ao Investimento
Rua Rodrigo da Fonseca, 73
1296 - 158 LISBOA
Tel: 213 836 000
E-mail: info@iapmei.pt
URL: <http://www.iapmei.pt>
Linha Azul Empresas - 808 201 201

AGENDA AUTÁRQUICAS 2005

13 de Julho – Leiria

Apresentação da candidatura de Raul Castro;

13 de Julho – 20h00 – Lisboa

Centro de Congressos de Lisboa (antiga FIL), à Junqueira – Jantar de apresentação dos candidatos às Freguesias, Assembleia Municipal e Câmara de Lisboa, com a presença de Manuel Maria Carrilho, Maria de Belém e Jorge Coelho.

15 de Julho – Marinha Grande

Apresentação da candidatura de João Paulo Pedrosa com a presença de Augusto Santos Silva

15 de Julho – Caminha

Apresentação de candidatura de Amílcar Guedes Losa

16 de Julho – 18h30 – Albufeira

Convenção autárquica com a apresentação de candidatos com a presença de Correia de Campos

16 de Julho – 17h00 – Alcanena

Apresentação pública dos candidatos à Câmara Municipal (Fernanda Asseiceira), Assembleia Municipal e Assembleias de Freguesia do Concelho de Alcanena no Hotel Eurosol em Alcanena. Presenças de Vieira da Silva e de Jorge Coelho.

16 de Julho – 20h00 – Vila Nova de Poiares

Apresentação da candidatura de António Miguel com a presença de Rui Gonçalves

17 de Julho – Vale de Cambra

Apresentação de candidatos

17 de Julho – 17h00 – Viseu

Apresentação dos Candidatos às Juntas de Freguesia do concelho de Viseu, com a presença de António José Seguro

18 de Julho – 20h00 – Torres Vedras

Apresentação da candidatura de Carlos Miguel.

20 de Julho – 20h30 – Leiria

Apresentação da candidatura de Raul Castro.

24 de Julho – Fornos de Algodres

Apresentação da candidatura de António Elvas da Rocha

31 de Julho – Cabeceiras de Basto

Apresentação dos candidatos do PS com as presenças de Vieira da Silva e António José Seguro.

6 de Setembro – Loures

Apresentação da candidatura de Carlos Teixeira

16 de Setembro – Azambuja

Apresentação dos candidatos do concelho

17 de Setembro – 15h00 – Porto

Pavilhão Rosa Mota – Convenção Nacional Autárquica, com a participação do secretário-geral, José Sócrates

16 de Setembro – 13h00 – Caldas da Rainha

Almoço de apresentação da candidatura de António Galamba, com a presença de Jorge Coelho

CASCAIS

ARROBAS DA SILVA PROTAGONIZA NOVA ESPERANÇA

Pessoas que arregaçam as mangas, que saem do gabinete para ir para o terreno, e que estejam sempre próximo dos municípios. É com base nestes princípios que Arrobas da Silva se comprometeu a constituir a lista do PS para a Câmara de Cascais.

Arrobas da Silva, candidato socialista à presidência do município cascaense, falava na sede do PS/Cascais, no final de um périplo que o levou a seis estruturas do nosso partido no concelho, para dar a conhecer a conhecer a "mensagem de esperança, empenho e motivação neste combate autárquico que apresenta algumas



dificuldades".

Referindo-se à actual gestão municipal, liderada por António Capucho, o

candidato do PS fez um balanço muito negativo destes últimos quatro anos, marcados pela "estagnação e por uma falta de energia e de dinamismo". A título de exemplo, apontou a questão do novo Hospital de Cascais, considerando que "mais do que um anseio com 28 anos, o dossiê deste hospital é um escândalo, já que António Capucho não foi capaz de articular em conjunto com a Administração Central políticas de forma a cumprir a promessa feita durante a campanha eleitoral de 2001 que previa a entrada em funcionamento do novo hospital durante o ano de 2004".

TORRE DE MONCORVO

AIRES FERREIRA APOSTA NA QUALIFICAÇÃO DAS PESSOAS

A qualificação das pessoas da valorização dos recursos naturais são as principais prioridades do socialista Aires Ferreira, que se recandidata à presidência da Câmara Municipal de Torre de Moncorvo.

Falando na sessão de apresentação da sua candidatura, que contou com a presença do coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, Aires Ferreira referiu que vai apostar no próximo mandato, caso seja reeleito, na universalidade do ensino pré-primário,

participar no alargamento do horário das escolas do 1º ciclo, reivindicar junto do Ministério da Educação uma política de combate ao analfabetismo no concelho e construir junto ao rio Sabor uma parque da natureza, entre outras iniciativas.

Por sua vez, Jorge Coelho disse que o Governo pretende contrariar "os tecnocratas" que têm impedido o investimento no interior do país por este ter falta de gente.



Jorge Coelho apontou como referência o plano de infra-estruturas anunciado pelo primeiro-ministro, José Sócrates, que contempla investimentos nos principais acessos rodoviários reclamados para a região do Nordeste Transmontano, nomeadamente a construção da auto-estrada Amarante/Quintanilha, o IP2 e o IC5.

AÇORES

LISTAS DO PS COM OS MELHORES CANDIDATOS

As listas do PS/Açores às eleições autárquicas de Outubro integram "gente do PSD" atraída pelos "melhores" candidatos socialistas às câmaras municipais do arquipélago, revelou Carlos César. "São tão maus os do PSD que até os que não são do PS estão ao lado dos socialistas", sublinhou no dia 29 o presidente do PS/Açores, na sessão de apresentação da candidatura de Carlos Ávila à Câmara Municipal da Povoação, ilha de São Miguel.

Segundo Carlos César, as listas do PS às autárquicas incluem "gente que é do PSD mas que, em primeiro lugar, ama a sua terra" e que, por essa razão, "escolhe

os melhores".

Perante uma audiência municipal completamente cheia, Carlos César acusou, ainda, o actual presidente da Câmara Municipal da Povoação, Francisco Álvares, do PSD, de ser responsável por quatro anos de "tempo perdido".

"Nunca encontro nada que se veja que tenha sido esta Câmara do PSD a fazer", afirmou o líder dos socialistas açorianos, para quem "um Carlos Ávila com defeitos é dez vezes melhor do que um Francisco Álvares".

No seu discurso, Carlos Ávila acusou o actual Executivo autárquico de "gastar tempo a tentar atingir" a sua honra e de

criar empresas municipais, com protocolos "escandalosos" que envolvem vinte milhões de contos "que a câmara não tem".

O candidato comprometeu-se a recuperar escolas do ensino básico da Povoação, a construir a orla marítima do Faial da Terra e piscinas cobertas na Vila, assim como um centro cultural e biblioteca municipal.

Ao nível da habitação, Carlos Ávila pretende avançar com loteamentos para cem novas casas para casais jovens e famílias de fracos recursos, mas rejeitou a "construção de guetos" que provocam a "estigmatização familiar".

SOCIALISTAS DENUNCIAM VANDALIZAÇÃO DE PROPAGANDA EM GAIA E CARCAVELOS

As estruturas de Gaia e de Carcavelos do PS denunciaram a destruição de cartazes de propaganda eleitoral para as autárquicas de Outubro.

Em comunicado, a candidatura de Barbosa Ribeiro à Câmara de Gaia especifica os locais de sete "outdoors" do PS roubados, vandalizados ou derrubados, tendo num dos casos sido apresentada queixa na PSP

contra os suspeitos autores.

A candidatura do PS/Gaia acrescenta que vai participar os factos à Comissão Nacional de Eleições e pedir à Polícia Judiciária que a "ajude a identificar os vândalos".

"Desta forma, é impossível fazer-se campanha em Gaia. Nunca julgamos que tal fosse possível", referem os socialistas, afirmando que a sua actividade "está a

causar muitos nervos ao adversário mais directo", numa alusão ao PSD, que lidera a câmara há oito anos.

Também em comunicado, o PS/Carcavelos denunciou a destruição do seu material de campanha política, junto à estação da CP, anunciando que vai apresentar uma queixa formal junto da Comissão Nacional de Eleições e da PSP

PÓVOA DE VARZIM

SILVA GARCIA É O ROSTO DA MUDANÇA

Visando "a participação das pessoas no processo de decisão", o candidato socialista à Câmara da Póvoa de Varzim, Silva Garcia, propõe-se aplicar o "conceito moderno e inovador" do Orçamento Participativo, mobilizando os poveiros e os seus grupos de referência.

Para tal, criará o pelouro da Cidadania que terá como objectivo "contribuir para adaptar a estrutura, os métodos e a cultura da autarquia a este modo de vida em comunidade", referiu.

Falando no dia 13, na sessão pública de apresentação da sua candidatura à presidência do município da Póvoa de Varzim, um concelho onde o PS nunca foi poder e que é governado por "uma maioria PSD arrogante e autista", sublinhou que "só é possível melhorar a Póvoa mudando e modernizando a Câmara".

Afirmando ser "certo e seguro que uma gestão do PSD continuará a cultura de poder, a autocracia, a arrogância, o bloqueio às iniciativas da oposição e muitas das práticas que urge eliminar", garantiu que, pelo contrário, o PS pautará a sua gestão pelas "práticas democráticas, com sentido de responsabilidade e transparência, no respeito pelos direitos da oposição e numa lógica de cultura dos limites do poder."

Arquitecto de profissão, Silva Garcia toma para si e para a sua equipa o desafio de transformar a Câmara, um instrumento que considera estar "empenado, enferrujado e desactualizado, num verdadeiro utensílio, capaz de responder aos problemas e às exigências do nosso tempo, e capaz de transformar a realidade para cumprir o sonho de uma terra onde haja bem-estar e justiça social".

A criação de um Livro Branco, que anualmente faça o ponto de situação da vida autárquica, a implementação do Microcrédito dirigido à criação de auto-emprego, a criação de uma Agência Municipal de Energia vocacionada para a promoção das energias renováveis e o eco-urbanismo, e, ainda, a implementação das orientações da União Europeia contidas no Programa Smile, sobre mobilidade urbana, requalificando a rede viária e dando prioridade aos transportes públicos através de veículos amigos do ambiente, são outras das iniciativas de um vasto leque que o candidato socialista pretende desenvolver.



SANTO TIRSO

CASTRO FERNANDES QUER PÓLO TECNOLÓGICO NO VALE DO AVE

A fixação no município de Santo Tirso de um pólo de ensino tecnológico para a sub-região do Vale do Ave, é uma das prioridades da recandidatura de Castro Fernandes à presidência da Câmara.

Segundo o candidato socialista, o pólo tecnológico deve "estabelecer a ponte com o mercado de trabalho", numa região de grande desemprego, "interpretando assim as necessidades locais e regionais".

Castro Fernandes, que falava no passado dia 1, no jantar de apresentação pública da sua recandidatura, frisou que o Vale do Ave é a zona "que mais tem sofrido com esta situação de crise geral", por depender sobretudo do têxtil e do vestuário, sectores fortemente afectados pela concorrência asiática.

Presente na sessão, o secretário nacional do PS e ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, realçou a "coragem" evidenciada pelo actual Governo, ao enfrentar os problemas do país e recusar actuar com calculismo.

"Pensavam que iríamos governar com calculismo, mas enganaram-se", disse o ministro da Presidência.

"Não fingimos que resolvemos os problemas. Temos a coragem de os enfrentar para que, de uma vez por todas, Portugal possa recolocar-se no caminho do progresso", acrescentou.

Perante cerca de 2000 pessoas, o dirigente socialista afirmou que "é bom ver um PS mobilizado e forte quando se aproximam as eleições autárquicas, capaz de lutar pela vitória".



A GESTÃO DA INFORMAÇÃO LOCAL E O CHOQUE TECNOLÓGICO NOS PROGRAMAS ELEITORAIS AUTÁRQUICOS

1. A definição de uma política de conteúdos e gestão da informação a nível autárquico é um elemento fundamental de uma política municipal para a sociedade de informação (1) que poderá melhorar substancialmente a produtividade e a relação com os cidadãos.
2. Sem pretender ser exaustivo, apontaria para três áreas onde uma proposta política deve assentar, a saber: a informatização dos serviços, a disponibilização de informação e serviços electrónicos ao cidadão e a promoção da participação através de meios electrónicos.



MÁRIO FRANCO

mail@mario-franco.net

A. O Sistema de Informação dos Serviços da Autarquia

3. A aposta na informatização séria dos serviços autárquicos é o elemento estruturante de uma estratégia de modernização que conjugada com uma política de acesso às tecnologias de informação e comunicação (2) poderá significar um choque na percepção que os municípios têm da autarquia, contribuindo para operar uma mudança na realidade local fazendo chegar aos cidadãos os benefícios da sociedade da informação tal como apontado na Declaração de Princípios e Plano de Acção das Nações Unidas para a Sociedade da Informação.
4. Os programas eleitorais autárquicos do Partido Socialista devem credibilizar a proposta de gestão autárquica e incluir a referência a métodos de gestão modernos apoiados por tecnologias actuais podendo, assim, afirmar-se como o elemento diferenciador de uma gestão socialista de rigor e transparência. A informatização dos serviços nos aspectos administrativos, como é o caso da gestão dos processos e na relação com o munícipe, por exemplo, no pagamento de taxas e serviços, será um contributo consistente para o desenvolvimento e para alterar a percepção que os cidadãos têm da sua administração pública e do funcionamento do Estado.

B. Os Conteúdos e Serviços Electrónicos

5. Uma das consequências que maiores benefícios pode aportar a informatização dos serviços, é a criação de condições para oferecer aos cidadãos informação e serviços electrónicos seja por via de um computador ou mais recentemente por via do telemóvel.
6. Os serviços e informação electrónicos facilitarão de modo visível a vida dos cidadãos e das empresas contribuindo para melhorar a qualidade de vida e impulsionando o desenvolvimento económico – são os cidadãos que o sentem quando contactam com a autarquia e as empresas que poderão obter ganhos significativos quando vêm facilitadas as suas relações com a administração, sendo este factor de atracção e competitividade.
7. A autarquia poderá assim, também, contribuir de modo significativo para o desenvolvimento da sociedade da informação no município criando condições para o aparecimento ou consolidação de novas actividades económicas em particular nas áreas do equipamento informático e do desenvolvimento de programas de computador adaptados às necessidades locais.

C. A Democracia Electrónica

8. Um importante elemento para consolidar politicamente o *Choque Tecnológico* é a utilização das ferramentas tecnológicas para reforçar a participação cívica. Utilizar estes instrumentos para colocar a informação ao alcance dos cidadãos e, através de soluções interactivas, obter as opiniões dos cidadãos individualmente ou de modo organizado será certamente uma forma de alargar as possibilidades de participação.
9. Os meios electrónicos, em particular a Internet, poderão contribuir largamente para ultrapassar obstáculos de comunicação com os municípios e conciliar o desejo de participação de muitos cidadãos com as dificuldades inerentes à vida actual que os impedem de fisicamente estar presentes.
10. O Partido Socialista pode, assim, apresentar propostas consistentes e coerentes melhorando o funcionamento dos serviços, a relação com os municípios e aprofundando a qualidade da democracia dando ao *Choque Tecnológico* um significado prático e quotidiano no quadro da vida local promovendo simultaneamente o desenvolvimento económico e social.

¹ As Autarquias Locais e a Sociedade de Informação, O Choque Tecnológico nos Programas Eleitorais Autárquicos, Acção Socialista, 20 de Abril de 2005.

² Democratizar o Acesso à Sociedade de Informação e o Choque Tecnológico nos Programas Eleitorais Autárquicos, Acção Socialista, 18 de Maio de 2005.

ÁLVARO CUNHAL E EMÍDIO GUERREIRO: O SENTIDO DA PALAVRA LIBERDADE

Quase de uma assentada, a sociedade portuguesa viu-se confrontada com o desaparecimento de quatro figuras que, à sua maneira, estejase ou não de acordo com a sua filosofia e postura na vida, marcaram o séc. XX. Primeiro Vasco Gonçalves, depois Álvaro Cunhal e Eugénio de Andrade, finalmente Emídio Guerreiro.

De Eugénio de Andrade, teremos, sem sombra de dúvida, de ficar com o perfume da sua poesia, com a auréola dos seus versos, com a luminosidade dos seus livros – escritos ao sabor de uma pureza inconfundível, única, esbelta, uma forma de liberdade muito própria, que abria as portas aos confins da evolução enriquecedora da alma. De Vasco Gonçalves, rendendo embora vénia à sua memória, deixemos, no entanto, a sua figura acolhida ao lugar que merece na história deste país – principalmente essa parte dramática, quase trágica, do pós-25 de Abril que foi o “Verão Quente de 75”. Porque Vasco Gonçalves encarnou um sonho totalitário que só falhou porque, na hora H, os verdadeiros defensores da liberdade se impuseram, com risco da própria vida, travando assim uma nova ditadura em Portugal. Vasco Gonçalves foi, afinal, o elo mais forte de uma teia que esteve prestes a amarrar dos a sociedade portuguesa.

Uma teia que, de forma inteligente, tacticamente sagaz, foi sendo montada por Álvaro Cunhal. Relembrar, hoje, o que se passou logo após o 25 de Abril é cantar um novo hino à liberdade. Porque logo nos dias Álvaro Cunhal começou a montar a teia. Quem não se lembra da significativa cena, no final do comício com Mário Soares, em Lisboa, quando o líder comunista se fez acompanhar, no último momento, por um soldado e um marinheiro?

Dos abraços do reencontro, dos primeiros dias, depressa se verificou que Cunhal e Soares divergiam quanto ao modelo de “nova” sociedade em Portugal. E logo aí se começou a ver que o “inimigo público n.º1” de Cunhal era Mário Soares (como tão bem referia Maria João Avilez numa das últimas edições do “Expresso”).

A instrumentalização das Forças Armadas, com o MFA, a progressiva tomada de poder a partir de baixo, o controlo cada vez mais radical da economia e da comunicação social – tudo indicava que a sociedade de liberdade preconizada por Álvaro Cunhal seria apenas a de alguns, contra todos os outros. Uma sociedade onde, afinal, quem não é por mim é contra mim, e se não é por mim tem pura e simplesmente de ser eliminado. Seja de que maneira for.

A liberdade de Cunhal era, afinal, a instauração de um novo regime totalitário em Portugal. E no entanto a sua morte provocou as ondas de choque que todos conhecemos – a começar na comunicação social, passando pelos partidos políticos.

Em sentido completamente diferente, estava a liberdade preconizada por Emídio Guerreiro. Esse “eterno jovem” que faleceu há poucos dias com 105 anos. Que lutou sempre – mesmo com armas na mão, na Guerra Civil de Espanha, contra Franco, por exemplo e na II guerra

mundial contra Hitler, tendo sido capitão da resistência francesa. Tendo sempre lamentado a forma desordenada como as forças armadas francesas fugiram à frente das tropas hitlerianas. – sempre pelos ideais em que acreditava – ideias de liberdade democrática, pura, sem totalitarismos. E não se coibiu de, para essa luta, usar as “armas” que tinha. Não só as espingardas ou as pistolas, como contra Franco ou Hitler. Mas as táticas e as estratégias que em cada momento considerava mais aconselháveis. Foi por isso que o vimos a liderar o então PPD, foi por isso que o vimos mais tarde a apoiar o PS – mas foi também por isso que nunca o vimos a apoiar regimes ou partidos totalitários, como a sociedade sonhada por Álvaro Cunhal.

De Emídio Guerreiro ficará a serenidade, a persistência, a certeza do combate pela verdadeira liberdade e pela democracia legítima. Ficará também o reconhecimento que a sociedade portuguesa – a começar pelos partidos políticos – não teve a coragem de lhe prestar na devida proporção da sua luta de um século...

A liberdade de Emídio Guerreiro era, afinal, a liberdade de todos nós, verdadeiros democratas, onde não cabe o espírito totalitário, ditatorial. E no entanto, a sua morte não encheu tantas páginas de jornais, não mereceu noticiários inteiros em “prime-lime” das televisões, nem sequer dos partidos políticos colheu tanta (a devida, necessária, justa) atenção.

De Álvaro Cunhal ficará a imagem de um homem de ferro, que quis para Portugal uma sociedade de ferro, totalitária, ditatorial.

O seu acervo de ideias serve como guia da linha ortodoxa do PC.P., e o PS ao entrar nos elogios ao Cunhal reforçou a linha que hoje lidera o combate ao governo do PS melhor seria que o PS aproveitasse a pós morte de Cunhal para reavivar o debate ideológico com o PCP como noutros tempos, demonstrando que eles são os grandes derrotados da história, porque a liberdade, a economia de mercado e a solidariedade democrática, triunfaram em toda a linha. E hoje o PCP não é alternativa, limitasse a contestar, e a tentar destruir os projectos que nós vamos construindo. Por tudo isto é que eu me absteve na votação do voto de pesar pela morte de Álvaro Cunhal, na Assembleia da República que ele não respeitava chamando-lhe “o circo da burguesia”, sendo várias vezes eleito deputado nunca assumiu o lugar. Lamento é que tenha sido o único Deputado do PS a absterme, quando todos os outros votaram a favor. Afinal a nossa luta do passado e do futuro merecia outra votação.



RICARDO GONÇALVES

EUROPA, EUROPA: PARA ONDE VAIS?

Os resultados negativos do referendo sobre a Constituição da União Europeia em França e na Holanda têm alimentado um rol de queixas e lamúrias sobre o futuro da Europa que nada tem contribuído para esclarecer a opinião pública sobre o que verdadeiramente está em jogo. Para alguns, o grande bode expiatório da grave crise que a Europa dos 25 atravessa é a França, acusada de constituir o último bastião de resistência ao processo de acelerada destruição de um modelo social europeu que se considera ultrapassado e um obstáculo à competitividade imposta por uma globalização que não deixa alternativas. São os mesmos de sempre que citam estatísticas mal alinhavadas em louvor do elevado PIB *per capita* dos Estados Unidos, das suas elevadas taxas de produtividade e de criação de emprego perante a “rigidez” do mercado de trabalho da velha Europa. Estes clamam ainda contra o vírus da preguiça que contamina, segundo eles, os defensores de uma Europa promotora da coesão económica e social.

Perante tanta asneira é necessário fazer um ponto da situação e parar para reflectir. Antes de tudo, apesar do PIB *per capita* norte-americano ser mais elevado do que o do conjunto dos países da “velha” União Europeia, é necessário que se diga, em abono da verdade, que este indicador encobre muitas desigualdades, não sendo por si só suficiente para medir o grau de desenvolvimento de um país. Prova disso é que o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), construiu, a partir de 1998, um índice composto de pobreza humana para os países desenvolvidos (IPH-2) em que os Estados Unidos, logo seguidos da Inglaterra e da Irlanda, ocupavam a última posição num conjunto de dezasseis países industrializados. Este índice mede a privação em quatro dimensões da vida humana: longevidade, conhecimento, um padrão de vida adequado e exclusão social. A primeira abrange a percentagem de pessoas cuja esperança de vida não ultrapassa os 60 anos. A segunda a percentagem dos analfabetos funcionais. A terceira o conjunto dos que possuem menos de 50 por cento do rendimento disponível médio. E a quarta a taxa de desemprego de longa duração. Nos Estados Unidos, este índice, que

resulta da média destes quatro indicadores, atinge, em 1997, 16,5 por cento contra apenas 6,8 por cento da Suécia que registava o valor mais baixo dos 17 países mias industrializados. Desde então a posição norte-americana não tem melhorado.

A velha conversa sobre os elevados índices de produtividade e a elevada taxa de criação de emprego dos Estados Unidos não é também convincente. De facto, uma parte significativa da produtividade norte-americana deve-se a horários de trabalho mais longos ou mais intensos do que na Europa. Por sua vez, a elevada taxa de criação de emprego relaciona-se com a expansão de empregos precários que não proporcionam aos trabalhadores sequer a satisfação das necessidades socialmente indispensáveis, mesmo quando estes são obrigados a exercerem mais do que uma actividade. Será isto que se propõe para a Europa? Vamos todos americanizarmo-nos com o beneplácito do cavalo de Tróia britânico, imediatamente a seguir aos Estados Unidos no IPH-2 para os países desenvolvidos? Certamente que a “velha Europa” deve melhorar os seus índices de crescimento económico e de criação de emprego. Mas tal poderá apenas ter efeitos positivos a longo prazo se não puser em causa a coesão social e a construção de uma Europa politicamente integrada. A União Europeia não poderá transformar-se num grande supermercado global. Precisamente por isso é necessário parar para reflectir. Qualquer tentativa impensada de alargamento apressado da já problemática Europa dos 25 constituirá o dobre de finados do já muito debilitado modelo social europeu e o fim definitivo da União Política e mesmo do simulacro actualmente existente da União Económica. Será isto que queremos?



JOAQUIM JORGE VEIGUNHA

MONTIJO FALA POR SI

PS CONFIA EM NOVA MAIORIA ABSOLUTA

Maria Amélia Antunes diz que o Montijo fala por si e mostra a obra feita durante a gestão socialista do concelho, sem hesitar ao afirmar que nas eleições autárquicas de Outubro os montijenses vão dar fé disso mesmo, "confiando de novo uma maioria absoluta ao PS".

"O nosso concelho não se pode rever nos velhos do Restelo, nos que querem evoluir na continuidade, sem dinamismo, sem criatividade, sem empreendedorismo e sem chama reformadora", declarou a actual presidente da Câmara, no passado dia 8 de Julho, durante a apresentação pública da sua recandidatura à liderança do Executivo municipal.

Perante largas dezenas de pessoas que se concentraram no Pátio de Água, a candidata socialista considerou que "o Montijo só faz sentido voltado para o futuro", acrescentando depois que não pactuará com visões distorcidas e saudosistas do passado, "das velhas fábricas de cortiça, das suiniculturas poluidoras e dos baixos salários".

"Queremos um concelho virado para as novas tecnologias, capaz de ser uma referência pela inovação e de dar esperança aos jovens num emprego qualificado e de futuro", defendeu, convicta, recebendo uma forte salva de palmas da assistência.

Manifestando um insubmisso espírito de mudança, Maria Amélia Antunes comprometeu-se a "continuar a sonhar e a realizar", apostando determinadamente nas pessoas e, com elas, na "transformação deste tempo de crise e incerteza em oportunidades de mudança".

Numa breve referência ao discurso que proferiu aquando da sua tomada de posse, a 7 de Janeiro de 2002, a edil montijense recordou os compromissos assumidos com a satisfação de os ter honrado, afirmando, confiante, que "o concelho está melhor" e que o Executivo camarário soube aplicar os dinheiros públicos com critério" em áreas verdadeiramente estruturantes para o desenvolvimento sustentável e para a melhoria da qualidade de vida das populações locais.

A rota do futuro – segundo venceu – passa agora pela formação para a cidadania, pelo domínio do conhecimento e pela inovação, procurando criar uma estreita ligação entre autarquia e universidade que propicie a diversificação das aptidões produtivas dos recursos humanos locais.

"Nesta hora em que assumo a vontade política de me recandidatar à presidência da Câmara do Montijo, apresento-me com a mesma energia de há oito anos atrás e movida por dois grandes desígnios: dar continuidade às expectativas do povo do concelho em nós depositadas e cumprir o meu compromisso político e militante com o Partido Socialista, que se deve orgulhar com a obra feita na nossa terra", avançou.

Numa alusão crítica aos seus adversários políticos na batalha autárquica, a



presidente da Federação de Setúbal do PS acusou-os de tentarem "confundir e desorientar os eleitores" mediante "campanhas de difamação".

"Essas forças, por mais maquiavélicas que sejam, contarão com um poderoso obstáculo que se chama consciência tranquila e com a certeza de que sempre e em todos os momentos servi o interesse público e nunca me servi ou servirei dele",

afiançou, determinada em "colocar o concelho na senda da modernidade, da sociedade do conhecimento e da informação".

Para isso – anunciou – "as pessoas estarão em primeiro lugar, as políticas sociais continuarão a merecer as maiores atenções, com especial incidência nas medidas de promoção de emprego e de combate à pobreza e à exclusão".

"Pensar global e agir localmente é essencial", advogou de seguida, sublinhando a importância da definição e execução de políticas de integração, em particular no que respeita às problemáticas da toxicod dependência, da saúde pública e da imigração.

A humanização da cidade, a defesa do património, a recuperação dos centros históricos, o diálogo aberto com os

municipais, a optimização da gestão dos espaços agrícolas, silvo-pastorais e florestais do concelho, a promoção do turismo regional, a revisão do PDM, a criação de mais e melhores escolas, bem como a captação de investimentos, e a opção por energias alternativas (hidráulica, eólica, solar e geotérmica) são também "desafios assumidos com vigor" por Maria Amélia Antunes no próximo mandato autárquico e que serão corporizados num programa a apresentar em Setembro.

Apoiada na triade "prometer, cumprir e prestar contas", a candidata socialista está confiante na vitória absoluta a 9 de Outubro.

Máquina de trabalho com marca socialista

Também Jorge Coelho frisou a sua certeza na reeleição de Maria Amélia Antunes, que descreveu como "uma máquina de trabalho" e "um modelo do que é ser-se autarca socialista".

"O PS revê-se no seu trabalho", declarou o coordenador nacional autárquico do partido, recordando as vezes que, em funções ministeriais, visitou o Montijo "pelas melhores razões e pela obra desenvolvida".

Após exemplificar com alguns empreendimentos na área das acessibilidades da habitação social, Coelho considerou que "prosseguir na rota do serviço público, da inovação e da educação é o rumo certo", pelo que aconselhou a candidata socialista a continuar com o bom trabalho.

"Aqui vive-se paz e sente-se o reconhecimento", venceu, fazendo de seguida uma referência à situação política nacional ao reafirmar a necessidade das medidas de austeridade implementadas pelo Governo de José Sócrates e criticar fortemente o líder da oposição por recusar constantemente responsabilidades na actual crise económica e financeira que o país vive, fruto das políticas do Executivo de coligação que integrou.

"O Partido Socialista tem orgulho no trabalho que os seus dirigentes estão a fazer ao nível do poder local e da administração central", rematou.

Maria Amélia Antunes recebeu ainda o apoio incondicional de outros dirigentes do PS presentes na ocasião, entre os quais Eduardo Cabrita, Edite Estrela, Maria da Luz Rosinha, Joaquim Raposo e Catarina Costa.

Por sua vez, a desportista Elisabete Jacinto testemunhou que "o Montijo floresceu" nos últimos oito anos, enquanto Amândio Carvalho, mandatário da candidatura pela terceira vez, apelou à reeleição da autarca com uma maioria absoluta "ainda mais expressiva", ao mesmo tempo que desafiou a edil a desenvolver esforços no sentido de requalificar as infra-estruturas desportivas locais com vista a albergar importantes eventos internacionais.

M.R.

MARY RODRIGUES



CONFIANÇA NA OBRA FEITA

O presidente da Comissão Política Concelhia do PS/Montijo, José Bastos, interveio na sessão pública de apresentação de recandidatura de Maria Amélia Antunes à presidência da autarquia local para evidenciar os progressos que a gestão socialista fez no concelho desde a eleição de 1998:

- Recuperação do património edificado
- Realização do programa PER, na habitação social
- Execução de uma política de integração social
- Estacionamento a toda a hora, para todos, no centro da cidade
- Construção de 5,5 quilómetros de ciclovia
- Alargamento das áreas verdes de 5 para 20 hectares

- Construção de novos estabelecimentos de ensino
- Instalação de computadores em todas as escolas
- Iluminação pública de excelência com poupança
- Desenvolvimento de aquíferos de qualidade
- Promoção da primeira fase da circular externa
- Protecção dos sobreirais
- Construção da Casa do Ambiente
- Apoio à criação de espaços de acesso público à Internet
- Promoção de hortas pedagógicas
- Protecção do abastecimento de água por vídeo-vigilância
- Implementação de uma política de segurança no concelho
- Localização de uma Casa Abrigo para vítimas de violência doméstica.

MUDANÇA TRANQUILA

OEIRAS DIGITAL É AMBIÇÃO PARA EMANUEL MARTINS

Emanuel Martins propõe-se “fazer de Oeiras a primeira cidade digital de Portugal”, onde qualquer cidadão, em qualquer ponto do concelho, tenha acesso à Internet e a todos os serviços municipais com apenas um “clique”. Ambição em que é acompanhado por Mário Lino, candidato à presidência da Assembleia Municipal de Oeiras.

Ao intervir no pavilhão da Escola Secundária de Miraflores, em Algés, o candidato à Câmara Municipal de Oeiras, Emanuel Martins, manifestou a sua total confiança na conquista deste bastião laranja.

“Somos os últimos na grelha de partida, mas seremos os primeiros na meta de chegada”, antecipou, exclamando de seguida: “Estamos destinados a ganhar”. Num discurso claramente ganhador, afirmou que “neste momento está tudo em aberto”, uma vez que “as últimas sondagens demonstram que o PS – sem outdoors na rua nem qualquer propaganda – aproxima-se já dos seus adversários”, Emanuel Martins criticou o candidato independente Isaltino Morais e a candidata do PSD Teresa Zambujo por visarem a todo o custo “congregar audiências”, mesmo “por motivos nefastos”.

“Nós, socialistas, estamos neste concelho de corpo e alma”, assegurou, lembrando que os autarcas do PS já viabilizaram projectos de desenvolvimento para Oeiras, “mesmo quando não havia maiorias absolutas do PSD”.

Citando como exemplos a recuperação da Fábrica da Pólvora, as bolsas de terrenos para habitação social, o primeiro Prémio Internacional do Ambiente e projectos de formação profissional e de optimização da gestão de empresas municipais, o ainda vereador socialista venceu que tem pautado a sua acção pelo interesse público em detrimento de rivalidades políticas, “porque a ética deve sempre prevalecer sobre a ambição”.

Sublinhando que “gostar de Oeiras é uma atitude”, Emanuel Martins frisou que o PS nunca pediu pelouros autárquicos, tendo-os aceite apenas para servir o concelho, mas sem “nenhuma obrigação de aprovar o que quer que fosse que a consciência socialista rejeitasse”.

Após recordar a oposição dos vereadores socialistas na discussão do SATUO e à delapidação da Quinta dos Sete Castelos, Emanuel Martins acusou o PSD de ter “ferido de morte” todo o esforço de consenso que os socialistas fizeram em áreas essenciais para o desenvolvimento do concelho, refém que está de “interesses, ambições e vaidades que se chocam, relegando Oeiras e os oeirenses para segundo plano”.

“Oeiras, com estes senhores, será o pretexto e apenas isso”, advertiu, apontando para a sua candidatura à liderança do Executivo camarário como “o único recurso que os municípios têm para verem o concelho na via do

desenvolvimento sustentado, com dinamismo e regulação, numa mudança tranquila”.

A terminar a sua intervenção, Emanuel Martins disse que os socialistas se sentem “obrigados” a “pôr em ordem a casa, passando por cima de guerras fratricidas”. “Durante muitos anos temos dado o melhor por Oeiras, mesmo quando outros o exibiram. Queremos continuar a trabalhar pelo concelho, procurando merecer agora a confiança absoluta dos oeirenses nos nossos propósitos, que, concluiu, visa uma mudança que se impõe percorrer o caminho do bem-estar”.

Determinação, empenho e combatividade

Presente no jantar de Algés, o coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, defendeu que, apesar da vitória em Oeiras não se apresentar fácil, será certa porque “o PS conta com um candidato que é uma figura de primeira linha”.

“A luta política faz-se com quem está motivado, com quem está empenhado, com quem está determinado”, declarou Coelho, saudando de seguida “a determinação, o empenho e a combatividade que o Emanuel Martins tem demonstrado”.

Na sua intervenção, o dirigente socialista disse que o partido “tem a obrigação de concorrer para ganhar em qualquer sítio” e, afirmou: “vai haver surpresas muito positivas” nas próximas autárquicas, “entre elas a conquista de Oeiras ao PSD”, que gere o concelho há 20 anos.

“Emanuel Martins está já a marcar pontos com a sua escolha para presidente da Assembleia Municipal”, venceu Coelho,

NOVAS POLÍTICAS PARA OEIRAS

Recusando o epíteto de “autarca modelo”, caso consiga passar a dirigir os destinos do município oeirense, Emanuel Martins bater-se-á para dotar o concelho de estruturas que viabilizarão o seu desenvolvimento no futuro e para implementar medidas que assegurem um crescimento sustentado capaz de melhorar a qualidade de vida das populações locais. Assim, avançou algumas das suas ambições para Oeiras:

- Apresentar uma taxa de derrama bonificada às empresas instaladas no concelho de Oeiras e que criem cresces e infantários para os filhos dos seus trabalhadores
- Alargar os horários de atendimento ao município pelos serviços camarários
- Criar um provedor do Município
- Realizar, semestralmente, o Grande Fórum Permanente para a Cidadania para avaliar em conjunto as grandes questões



avançando de seguida com o nome do actual ministro das Obras Públicas, Mário Lino, para a presidência da Assembleia Municipal.

Trata-se – disse – de “um grande socialista e um grande político” que tem sabido ser “um ministro essencial para o desenvolvimento do país”.

Após recordar a campanha que, há 12 anos, deu o melhor resultado autárquico de sempre ao projecto encabeçado pelo camarada Joaquim Silva Pinto – presente no pavilhão –, o coordenador da Comissão Permanente do partido evidenciou o slogan do PS a Oeiras, “Mudança tranquila”, frisando que o objectivo dos socialistas oeirenses é “governar melhor, sem rupturas”.

No seu discurso, Jorge Coelho referiu-se

igualmente às “difíceis medidas de consolidação das finanças públicas” que o Executivo precisou de implementar para fazer frente à actual crise nacional, considerando que tal verticalidade governativa, na proximidade das eleições autárquicas, “valoriza a democracia portuguesa”.

Todavia, e se “o Executivo nacional está a fazer o que tem de fazer”, o dirigente socialista lembrou que com o Programa de Investimentos anunciado por Sócrates criar-se-iam 120 mil novos postos de trabalho.

Quanto à decisão governamental de avançar com a construção de estruturas como o novo aeroporto da Ota e o TGV, Coelho contestou as críticas da oposição denunciando que “estiveram

no Governo quatro anos não executaram nenhuma obra”.

De volta ao panorama local, Jorge Coelho assegurou que o PS tem o melhor candidato e o melhor programa de acção para Oeiras, para os quais pediu a oportunidade de fazer melhor.

“O PSD, pelo contrário, tem dois candidatos que são as duas faces da mesma moeda” acusou, chamando por último à mobilização de todos os militantes socialistas para vencer em Oeiras.

Portugueses compreendem o Governo

Por sua vez, o presidente do PS, António Almeida Santos, defendeu que as eleições autárquicas de Outubro vão servir para avaliar o grau de aceitação pelos portugueses das medidas de austeridade tomadas pelo Governo do PS, frisando que, em Outubro, “estarão em causa questões nacionais”.

Depois de elogiar o Executivo de José Sócrates por tomar, em vésperas de eleições, decisões difíceis, que “tanto afectam os de cima como os de baixo” e de criticar o anterior executivo, Almeida Santos sustentou também que as autárquicas servirão para o PS “acabar de acertar contas” com o PSD e CDS-PP.

“O PS é sempre chamado ao poder em momentos em que é preciso corrigir os erros dos outros e sempre tivemos de tomar medidas de austeridade. Ninguém gosta de as tomar, mas são absolutamente necessárias”, declarou.

O presidente da Comissão de Honra da candidatura socialista à Câmara de Oeiras disse ainda esperar que os portugueses “compreendam que a atitude do Governo merece aplausos” e “acabem por fazer justiça ao PS nas próximas eleições, como fizeram nas últimas legislativas”. Ainda presentes no jantar de Algés estiveram o ministro Mário Lino – que aceitou encabeçar a lista do PS à Assembleia Municipal de Oeiras –, Joaquim Raposo, presidente da Federação socialista da Área Urbana de Lisboa, e as deputadas do PS Susana Amador e Leonor Coutinho.



Jorge Coelho e Marcos Sá com o candidato

- alvitadas nas instâncias de poder local
- Instalar nas zonas próximas ao Estádio do Jamor as sedes das diferentes federações de desporto amador
- Realizar protocolos de formação e prática desportiva para jovens em idade escolar com a direcção do Estádio Nacional
- Criar com outros parceiros um parque temático de diversões e lazer
- Concluir a Via Longitudinal Norte
- Agilizar as obras do eléctrico rápido de ligação de Algés à Amadora
- Electivar os acessos à A5 em Oeiras e as saídas de Queijas
- Criar um corredor Bus entre os nós de Oeiras e Linda-a-Velha
- Criar uma via paralela à A5 a Norte e uma via pendular que ligue Oeiras ao Cacém

CATARINO COSTA

VENTOS DE MUDANÇA EM SETÚBAL

Devolver a Setúbal o protagonismo que merece e dar-lhe dimensão e força no mapa autárquico português é a meta traçada por Luís Catarino Costa com a sua candidatura pelo PS à presidência do município sadino.

Esta ambição passa por transformar Setúbal num concelho moderno, numa "cidade animada todos os dias", com beleza e espaços lúdicos, com referências culturais e com oportunidades para empreendedores e jovens.

Perante as largas centenas de militantes e apoiantes que encheram por completo o pavilhão do Clube Naval local, no passado dia 7, Catarino Costa deu garantias da qualidade da alternativa socialista na gestão municipal, apontando como importante mais-valia a candidatura de António Vitorino à presidência da Assembleia Municipal.

Depois de explicar que Vitorino esteve impossibilitado de comparecer ao jantar de apresentação de candidatura por se encontrar a participar num debate televisivo extraordinário sobre os trágicos atentados terroristas de Londres, o presidente da Comissão Política Concelhia do PS de Setúbal elogiou o "magnífico desempenho" deste camarada nos cargos públicos que tem exercido fora e dentro do país, "elevando o seu nome e o de Portugal".

Ao agradecer todo o apoio que tem recebido da parte das estruturas partidárias nacionais, o candidato do PS congratulou-se especialmente com a presença do coordenador autárquico nacional, Jorge Coelho, a quem descreveu como "um exemplo de capacidade, de combatividade e de solidariedade", vincando de seguida a sua esperança quer no futuro do concelho, quer na vitória eleitoral de Outubro.

Para Luís Catarino Costa, Setúbal — município que inclui a cidade sadina, as freguesias mais orientais de Sado e de Gambia-Pontes-Alto da Guerra e ainda as vilas e aldeias de Azeitão — é um concelho "dotado de enormes potencialidades" ao nível da sua localização geográfica privilegiada, das suas paisagens deslumbrantes, das reservas naturais, mas também pelo porto comercial e de pesca que possui, pelas empresas que alberga, pelo movimento associativo que congrega nas áreas do desporto, cultura e das artes e também pelo dinamismo empresarial e a qualificação dos seus recursos humanos, maioritariamente jovens.

Num curto e muito negativo balanço da gestão do actual executivo camarário, Catarino Costa afirmou que tais potencialidades não têm sido aproveitadas.

"Com o seu discurso miserabilista, os autarcas do PCP não foram capazes de atrair investimento para Setúbal e minaram a confiança dos empreendedores locais e nacionais", acusou, lembrando que se mantêm atrasadas as execuções de projectos estruturantes e já contractualizados.

Responsabilizando igualmente a actual gestão comunista pela estagnação do concelho, pelo atulhamento na Câmara de "assessores partidários vindos de outros concelhos" e pelos gastos



excessivos em "luxuosa propaganda de promoção de imagem", bem como em "viagens para geminações que nada produziram", o candidato socialista lembrou que só agora o programa Polis arrancou finalmente, "quando devia estar a ser concluído".

"Quanto ao endividamento público, aumentou e muito", declarou, manifestando a sua preocupação e lançando o alerta: "Quem se iludir com alguma cosmética de fim de mandato e acreditar numa nova remessa de promessas eleitorais, arrisca-se a ter em Setúbal mais quatro anos de paralisia".

Dando total garantia de que a sua "visão de gestor é diferente", Luís Catarino Costa defendeu que, mesmo num contexto de dificuldades financeiras, é preciso e urgente "mobilizar a confiança dos empreendedores" e criar-lhes condições de um investimento que se traduza em progresso para o concelho.

Após afirmar que com a sua candidatura "sopram ventos de mudança em Setúbal", o dirigente socialista remeteu para breve a apresentação do seu programa de gestão

local, deixando porém, bem marcada, uma mensagem de ambição e de esperança. "Setúbal pode e deve ser uma cidade moderna, requalificada, desenvolvida, com maior centralidade, com maior notoriedade nacional e mais competitiva", considerou, exprimindo de imediato a sua convicção em que a candidatura socialista "é a única alternativa credível à gestão municipal da CDU".



Ao concluir a sua intervenção no jantar onde participaram, entre outras destacadas figuras da família socialista, Vítor Ramalho, Alberto Antunes e Mota Cáceres, Luís Catarino Costa comprometeu-se a apresentar uma equipa de excelência e a "governar o município com competência, seriedade, dedicação, rigor, sentido de responsabilidade e consciência social".

Por sua vez, o coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, voltou a vincar que o PS está na corrida autárquica para ganhar em todos os concelhos e freguesias. "Também em Setúbal", affiançou, dirigindo a Catarino Costa palavras de apreço e de apoio incondicional "por tudo o que tem feito pelo concelho".

Acabou a "tanga"

Embora reconhecendo que o próximo combate eleitoral se fará num contexto "particularmente difícil" da vida nacional, dadas as medidas de austeridade que o Executivo de José Sócrates teve de tomar "para recolocar Portugal no rumo do crescimento e da modernidade", Coelho anunciou o "fim do discurso da tanga" e disse que o país vai entrar num novo ciclo de desenvolvimento económico com os investimentos de 25 mil milhões de euros programados por Governo.

"Vem aí o desenvolvimento económico, vem aí mais emprego acabou o discurso da tanga", disse, categórico, depois de elogiar o primeiro-ministro José Sócrates pelo trabalho realizado nos primeiros 100 dias de governação socialista.

Jorge Coelho falou ainda nos 120 mil novos postos de trabalho que serão gerados a partir do Programa de Investimentos em Infra-estruturas Prioritárias (PIIP), ao mesmo tempo que chama os eleitores a fazerem uma avaliação rigorosa dos diferentes candidatos às próximas eleições autárquicas.

De volta ao panorama autárquico, o dirigente socialista descreveu o actual presidente da Câmara de Setúbal, Carlos de Sousa, como "o rei do show mediático", por tentar "demonstrar que faz aquilo que não faz".

"O país precisa de outro tipo de autarcas", considerou, apelando ao voto em Catarino Costa e na sua equipa nas eleições previstas para 9 de Outubro.

Mensagens de apoio

Dois ausentes involuntários, Maria Amélia Antunes e Joel Hasse Ferreira, quiseram também deixar patente o seu apoio a Luís Catarino Costa fazendo-lhe chegar mensagens de confiança e de coragem. A presidente da Federação do PS de Setúbal, em missiva lida por Ventura Leite, criticou a gestão autárquica da CDU ao afirmar que esta "ameaça deixar Setúbal à margem do crescimento e do desenvolvimento sustentado", manifestando de seguida a sua total confiança nos candidatos socialistas à presidência da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal para "encetarem uma nova gestão autárquica, moderna e humanizada".

Já o eurodeputado socialista centrou a sua mensagem de apoio na reconhecida experiência de Luís Catarino Costa, salientando também a "qualidade e a competência" da sua candidatura, que conta, segundo venceu, com uma invejável "garantia de qualidade" que é ter "um extraordinário candidato à presidência da Assembleia Municipal como António Vitorino".

ANTÓNIO VITORINO É O CANDIDATO DO PS À PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SETÚBAL

O deputado do PS António Vitorino anunciou, no dia 1 de Julho, a sua candidatura à presidência da Assembleia Municipal de Setúbal, afirmando estar a corresponder a um apelo do secretário-geral, José Sócrates, no sentido de todos os principais dirigentes socialistas estarem empenhados nas próximas eleições autárquicas.

"Aceito o desafio da candidatura com a plena consciência de que as próximas eleições autárquicas são difíceis e que o partido tem de estar mobilizado", disse em conferência de imprensa no Largo do Rato, acrescentando "ser necessário explicar aos portugueses que o Governo do PS está a tomar medidas difíceis e impopulares, mas que são essenciais para a superação das dificuldades do país".

Tendo ao seu lado o candidato do PS à presidência da Câmara de Setúbal, Catarino Costa, o ex-comissário europeu referiu que a cidade de Setúbal, perante a gestão autárquica da CDU nos últimos quatro anos, caracterizada pelo "imobilismo e apatia, corre o risco de ficar à margem do surto de



desenvolvimento nacional".

Por sua vez, Catarino Costa, depois de considerar António Vitorino "de outra galáxia" do ponto de vista intelectual, acusou a CDU de ter trazido para Setúbal "uma equipa autárquica desconhecadora da realidade" da cidade e "impreparada para a complicada gestão de um município com esta dimensão".

VILA FRANCA DE XIRA

ROSINHA ASSINA CONTRATO DE AMBIÇÃO PARA O CONCELHO

Um contrato social com base num "projecto ambicioso que dê mais qualidade de vida ao concelho" foi assinado no dia 8 por Maria da Luz Rosinha, na presença de cerca de dois mil apoiantes, no jantar de apresentação da sua recandidatura à presidência da Câmara de Vila Franca de Xira, que contou com a presença do coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho. Este contrato, acrescentou, "tem dois outorgantes, um deles só assinará no dia 9 de Outubro, que é o eleitorado do concelho que o firmará com o seu voto".

No discurso que proferiu no pavilhão do Cevadeiro completamente cheio, Maria da Luz Rosinha referiu que o projecto que pretende aprofundar nos próximos quatro anos, caso vença as eleições de Outubro, visa "alcançar uma população que acredita e aposta num elevado dinamismo económico, mas que seja socialmente justo".

Afirmando ter "uma visão de futuro" para o concelho, a candidata socialista afirmou que quer um "concelho com identidade, mas também inteligente, capaz de atrair novas e mais qualificadas actividades económicas, um concelho competitivo, que desenvolva um tecido produtivo forte e sustentável, um concelho solidário, que aposte numa verdadeira rede social pró-activa, e um concelho de qualidade, intervindo e melhorando os espaços públicos e criando melhores infra-estruturas, equipamentos e serviços".

Depois de referir que "novos e essenciais" desafios se colocam ao concelho, Maria da Luz Rosinha considerou que "para não errar o rumo traçado", exige-se "determinação, competência e conhecimento, mas também uma liderança forte, com provas dadas quanto à capacidade de fazer mais e melhor pelo concelho, congregando pessoas com talentos vários e que se disponham a colocar-se ao serviço da comunidade".

Nesse sentido, acrescentou que as mulheres e homens que aceitaram pertencer às listas do PS para a Assembleia Municipal e para as Assembleias de Freguesia "têm essas qualidades e o seu compromisso com o concelho foi um compromisso de mais trabalho, maior empenho e melhor diálogo".

Na sua intervenção, frequentemente interrompida pelos aplausos da plateia, a candidata socialista reafirmou a "sua disponibilidade permanente de entrega total ao projecto de recriar, afirmar e projectar o concelho de Vila Franca sob o designio da ambição", num quadro de aprofundamento "do legado do muito que foi bem feito nos mandatos do PS à frente da Câmara Municipal".

Por isso, adiantou, "apostamos na construção dos centros de saúde de Vila Franca e Alhandra, na construção do novo aeroporto, na ampliação da rede escolar, no apoio ao movimento associativo, na intervenção social junto de grupos de risco e minorias sociais, na requalificação dos núcleos urbanos, no desenvolvimento de amplas intervenções na frente ribeirinha e no estabelecimento de um novo quadro de relação com as empresas".

Depois de sublinhar que se recandidata, para contribuir com a sua acção para que o concelho se apresente em 2009 "mais forte, aberto e solidário",



Não prometendo mais do que a sua "dedicação, empenho e determinação", a autarca socialista considerou que "os eleitores dirão, no momento do voto, se querem ser companheiros de luta por um concelho com identidade, que seja inteligente, competitivo e solidário".

Um concelho virado para o futuro

O coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, na sua intervenção, começou por tecer um rasgado elogio a Maria da Luz Rosinha, que considerou ser "uma das maiores autarcas de Portugal", afirmando o seu "seu grande respeito" pela "seriedade e dinamismo" da presidente de câmara.

E analisou a obra feita ao longo dos últimos oito anos no concelho. "Vila Franca de Xira estava parada no tempo. Mas a Maria da Luz Rosinha conseguiu com o seu trabalho dar uma volta a este concelho. Vila Franca é agora um concelho mais solidário, mais moderno, virado para o futuro", disse.

Por isso, afirmou estar convicto de que "Vila Franca de Xira vai continuar no rumo certo, com uma grande vitória em Outubro do PS".

Na sua intervenção, Jorge Coelho

reafirmou, por outro lado, ser um "grande adepto" do poder local democrático, um dos principais responsáveis pela "melhoria das condições de vida das populações" nos últimos 30 anos.

"Sou adepto do poder local democrático que faz obra, que não tem receio de optar, que assume as suas responsabilidades, tendo o bem comum como objectivo central da sua acção", afirmou.

Ao contrário, adiantou, "não sou adepto do poder local baseado no 'show-off' para deitar areia nos olhos das populações, que não prestigia a política e o serviço público, e que por isso deve ser penalizado".

Por sua vez, o presidente da FAUL, Joaquim Raposo, sublinhou que "o PS mudou o concelho para melhor ao longo destes últimos oito anos, acabando com o mito da CDU".

Pelo trabalho feito por Maria da Luz Rosinha, nomeadamente no que respeita ao desenvolvimento económico do concelho, gerando emprego, e pela aposta no apoio aos idosos e crianças, Joaquim Raposo afirmou estar certo de "uma vitória maior do PS em 9 de Outubro".

Outro dos oradores, o presidente da Concelhia socialista de Vila Franca de Xira, Alberto Mesquita, colocou como

objectivos do PS para as eleições de 9 de Outubro a consolidação da maioria na Assembleia Municipal, a conquista da presidência das 11 juntas de freguesia e o reforço da maioria na Câmara Municipal, "com uma votação expressiva e histórica na nossa camarada Maria da Luz".

Já o líder da JS local, Vítor Reis, considerou que "foi feito mais pelos jovens vilafranquenses nestes últimos oito anos do que alguma vez havia sido realizado", acrescentando que Vila Franca deixou de ser também "um dos parentes pobres da Área Metropolitana de Lisboa e se assumiu como um concelho com carácter, com valor e capacidade para incentivar o desenvolvimento económico, cultural e social". No final subiu ao palco o medalhado atleta paralímpico Carlos Manuel Lopes, mandatário da candidatura de Maria da Luz Rosinha, que enalteceu a política seguida pela autarca socialista, que disse ser "uma mulher competente, determinada, solidária e empreendedora", na promoção da igualdade de oportunidades. Por isso, concluiu, "o PS é a melhor solução para o concelho, já que vai continuar um projecto de desenvolvimento centrado nas pessoas".

J. C. CASTELO BRANCO



SUSANA AMADOR EM ENTREVISTA

EVOLUÇÃO E CONFIANÇA

Continuar a "obra positiva" que o PS tem vindo a desenvolver no município de Odivelas e implementar uma nova geração de políticas locais que permitam transformar o concelho é a "vontade inabalável" que anima a candidatura de Susana Amador à presidência da Câmara. Em entrevista ao "Acção Socialista", a actual deputada do PS assume o compromisso, caso ganhe as eleições, de ser a presidente das sete freguesias, "olhando para todas elas de forma rigorosa e pró-activa", de dar uma clara prioridade à educação e cultura, que encara como "fonte de progresso social de uma comunidade", e dinamizar a economia local, por forma a captar investimento e gerar emprego.



Quais as prioridades programáticas da sua candidatura ao município de Odivelas?

Esta candidatura assenta numa clara prioridade à educação e cultura que encaro como fonte de progresso social de uma comunidade, alicerçada por uma política de acção social integradora virada para uma cidadania solidária. Como prioridades programáticas apostamos ainda na dinamização e modernização da economia local por forma a captar investimento para o território tornando-o mais competitivo e gerador de emprego. Nessa perspectiva, poderemos fixar as pessoas e diminuir os movimentos pendulares, dado que actualmente mais de metade da população do concelho desloca-se quotidianamente para Lisboa. A redução desses movimentos permitirá outras ocupações do tempo e aumentará a qualidade de vida.

Essa qualidade de vida passa ainda pela criação de espaços de descompressão da malha urbana, ou seja, aumentando as zonas de lazer e a estrutura verde em particular. Faz parte dos nossos eixos programáticos manter um crescimento urbano sustentável, sendo para tal fundamental a revisão do Plano Director Municipal em curso.

O eixo programático das acessibilidades e circulação interna será igualmente vital para assegurar uma melhor mobilidade, conferindo-se aqui grande relevância à sensibilização para o uso do transporte colectivo e para a reorientação da política de estacionamento.

No centro de todas estas linhas programáticas estará sempre a recuperação e saneamento financeiro da Câmara Municipal.

A prioridade máxima desta candidatura reside afinal de contas naquilo que de mais precioso existe em Odivelas e em Portugal: o capital humano, ou seja, as pessoas, os munícipes e a satisfação das suas necessidades colectivas rumo ao desenvolvimento sustentável.

Que ambições vai propor à população de Odivelas no âmbito da sua candidatura à presidência

da Câmara?

Proponho que a população me acompanhe e se envolva numa estratégia de evolução e confiança que ambiciona continuar a cumprir o concelho de Odivelas defendendo para o efeito uma aposta na sua projecção e capacidade competitiva a nível metropolitano, regional e nacional.

Urge quebrar o estigma de um concelho dormitório, com fraca identidade e imagem externa desqualificada, ao invés, a população tem que participar na defesa de um concelho com identidade e qualidade de vida. Para atingirmos esses objectivos há que valorizar o vasto património histórico e cultural existente, apostar na sustentabilidade e na visão sistémica dos problemas, corrigindo erros de crescimento e privilegiando políticas de médio-longo prazo e de investimento na qualidade urbanística, cultivando os princípios do planeamento estratégico.

Essa nova ambição em que desemboca a nova geração de políticas locais conta necessariamente com a aposta nas novas tecnologias ao serviço da educação, da cultura, da cidadania, criando um território que proporcione igualdade de oportunidades, combata fenómeno de exclusão social, onde a democracia participativa se consolide.

Os principais desafios/ambições podem reconduzir-se a seis ideias-força: o *direito à cidade*; *melhoria da qualidade de vida*, *afirmação da identidade*, *qualificação do território*, *participação de actores sociais locais* e *implementação de boas práticas* assentes em princípios de democracia participativa.

Em termos concretos, quais são os seus principais projectos?

Os meus projectos constam do "Compromisso 2005-2009 - Novo poder local, nova geração de políticas locais" que está actualmente a ser redigido por um vasto leque de pessoas oriundas de várias áreas do saber, e que conta também com a auscultação necessária dos candidatos às juntas de freguesia do PS e com os contributos da sociedade civil

espelhada na minha Comissão de Honra. O "site" da candidatura irá receber igualmente os contributos que os eleitores me entenderem fazer chegar. É uma candidatura aberta que privilegia a participação de todos, independentemente da sua filiação partidária, porque esta candidatura estriba-se também num movimento cívico que desemboca numa via de confiança com e para a sociedade civil.

Os principais projectos para o mandato incidem sobre a qualificação do território na componente ambiental e patrimonial, prosseguindo com a implementação do Programa Poqual e a regeneração de áreas degradadas e dos núcleos históricos.

Ainda a nível ambiental perspectiva-se a criação de um Plano Verde para o concelho e de sistemas naturais continuos. O incremento do lazer e o aumento da estrutura verde passam necessariamente pelo surgimento de um Parque da Cidade e jardins/parques nas restantes freguesias.

Perspectivo ainda a necessidade de modernizar e dinamizar a economia local, potenciando a criação de *clusters* locais, apostando em produtos de marca territorial fontes de diferenciação competitiva, trazer novos equipamentos turísticos para o concelho e instalar novas funções e actividades inovadoras (ciência, tecnologia, etc.);

Destaco ainda como projectos relevantes a promoção do turismo cultural através da recuperação do vasto património existente.

Ao nível dos transportes e acessibilidades urge potenciar a chegada do Metro, reforçando a mobilidade com especial incidência para a ligação entre as diferentes freguesias do concelho com os concelhos limítrofes, bem como reorientar a política de estacionamento. O projecto educativo municipal passa pelo alargamento da oferta educativa, desportiva, de apoio à infância e aos idosos, prosseguindo os apoios sociais à população (estão já perspectivadas três novas escolas básicas com jardim-de-infância na Ramada, Odivelas e Famões,

num total de 7.100.000 euros).

Ao nível do aprofundamento com o Governo e Administração Central iremos apostar no desenvolvimento da rede de Julgados de Paz trazendo esse mecanismo para Odivelas

Defenderemos ainda junto do Governo a construção dos Centros de Saúde de Odivelas e da Póvoa S. Adrião/Olival Basto, cujos contratos-programa se encontram homologados desde 2001, bem como a melhoria dos níveis de segurança e Protecção Civil do Concelho. Todo o Compromisso "2005-2009" assenta na promoção de uma política de aprofundamento institucional com os presidentes de junta e de proximidade com os munícipes, visando maior eficácia e celeridade nos circuitos de informação, política essa assente num esforço de simplificação, desburocratização e modernização administrativa.

Quais os compromissos que assume se ganhar as eleições?

Assumo o compromisso de ser a *presidente das sete freguesias*, olhando para todas elas de forma rigorosa e pró-activa independentemente de serem geridas pelo PS ou por outros partidos, serei isenta como aliás sempre fui ao longo deste primeiro mandato enquanto presidente da primeira Assembleia Municipal de Odivelas.

Irei privilegiar e prosseguir o diálogo institucional com a Assembleia Municipal, assegurando aos deputados deste órgão melhores condições logísticas e apostarei no envio do suporte documental via cd-rom diminuindo o circuito do papel e as despesas e impactos ambientais inerentes à distribuição do mesmo.

Para prosseguir todas as prioridades e linhas programáticas que referi anteriormente assumirei o compromisso de trabalhar em conjunto com as Freguesias, a Assembleia Municipal e Empresas Municipais na definição das prioridades e prestação de serviços às populações.

Esse trabalho conjunto será igualmente

efectuado com o tecido educativo, as instituições desportivas, recreativas, sociais e culturais na defesa de uma escola de cidadãos e na promoção conjunta e participada de iniciativas.

Serei determinada com a Administração Central, promotores, urbanizadores e agentes económicos na construção de equipamentos e infra-estruturas sociais de que este jovem município carece, por forma a lançar os alicerces do desenvolvimento futuro.

Assumirei o compromisso de investir fortemente na educação e no apoio à juventude, nomeadamente na melhoria e aumento da rede escolar, na ocupação dos tempos livres e apoio a projectos escolares, nos incentivos ao associativismo juvenil e apostarei no Conselho Municipal da Juventude, como órgão determinante na prossecução de uma eficaz política de juventude a nível municipal.

Encaro a presidência de uma Câmara Municipal de forma participada pelo que os Paços do Concelho estarão abertos nos últimos sábados de cada mês para a população conhecer as instalações, beneficiando de uma breve visita guiada onde obterá informação sobre os serviços que a Câmara tem ao seu dispor.

Que medidas prevê para o crescimento económico e desenvolvimento cultural do concelho?

O concelho de Odivelas tem hoje um posição estratégica no interior da Área Metropolitana de Lisboa e apresenta uma significativa vitalidade demográfica (*100 jovens para cada 80 idosos*), se alirmos a estes dados o facto de ter tido nos últimos dois anos uma forte incremento das vias de comunicação e dos transportes públicos de que o metro foi a grande conquista, temos que convir que é hoje um território com fortes potencialidade de desenvolvimento económico e empresarial

Temos um mercado local de *134.000 habitantes e um mercado potencial de 2,5 milhões de habitantes* e um conjunto de sinergias interessantes, tais como o Instituto Superior de Ciências Educativas, o Instituto de Odivelas, a Escola Profissional e Agrícola D. Dinis, o Centro Cultural da Malaposta, 63 colectividades de carácter desportivo e/ou cultural, o Regimento de Engenharia nº1, cinco escolas secundárias, oito escolas EB 2,3, 30 escolas do 1º ciclo e 16 jardins-de-infância. Acresce que temos um património histórico de relevo de que destaco o Mosteiro de S. Dinis, o Memorial do Cruzeiro, as fontes de Caneças, o Padrão do Senhor Roubado, os Dolmens das Pedras Grandes e o sítio das Batalhas, os Aquedutos, entre outros. Em suma, contamos hoje com um total de 15 imóveis classificados, sendo seis de interesse nacional.

Assim, equacionamos como medidas para dinamizar a economia local a construção de um hotel e de uma estalagem (equipamentos hoje inexistentes) que além de gerarem emprego, qualificam a imagem externa do município; a criação de uma Escola de Profissões onde se privilegie a formação profissional; a criação de um pólo tecnológico/universitário que permita aos nossos jovens terem ensino

>>>

>>>

superior no seu território. Apostaremos também na divulgação da nossa marca "Odivelas", dado que temos um conjunto de produtos que são a nossa fonte de diferenciação competitiva, na qualificação da nossa gastronomia e restauração. Urge diminuir a burocracia, facilitar acessibilidades logísticas para captar mais investimento empresarial, por forma a desenvolver uma política integrada que combine um sistema local de incentivos à criação de *clusters* locais. Ao nível cultural, apostaremos em projectos inovadores como ancoragem estratégica, recorreremos a novas tecnologias e apostaremos em programas culturais associados ao património. A criação de um parque temático histórico, a iluminação adequada aos nossos monumentos, o condicionamento do trânsito junto ao Memorial do Cruzeiro e no Largo D. Dinis são alguns dos projectos a implementar, por forma a devolver o centro histórico ao cidadão, permitindo o livre desfrute e diminuindo focos de poluição ambiental provocados pelo trânsito intenso.

O que está em causa, num período em que os espaços locais correm riscos tanto de exclusão e fragmentação como de perda de competitividade, é transformá-los em fonte de oportunidades, de identidades, de cultura cívica e de inovação política. É isso que pretendemos fazer.

Quais os principais estrangulamentos e dificuldades que identifica na autarquia?

A situação económica actual e as medidas de rigor e austeridade para diminuir o défice terão obviamente repercussões a nível autárquico pela situação de asfixia financeira que irá permanecer ao longo dos próximos anos, mantendo-se obviamente o limite ao endividamento.

A situação financeira da Câmara Municipal de Odivelas e a continuação do saneamento financeiro terá que prosseguir, visando a consolidação orçamental e a contenção de despesas numa óptica de continuar a reduzir o endividamento a terceiros que conheceu nos últimos 12 meses uma redução notável (menos 4 milhões de euros). A par das dificuldades financeiras existentes persistem outros estrangulamentos, designadamente a dispersão dos serviços camarários, o pouco espaço disponível e não edificado num território de 27 km², a carência de equipamentos de uso público e de serviços nas áreas do lazer, desporto, cultura, saúde e apoio social, fluxo intenso nas deslocações quotidianas, circulação rodoviária difícil e deficiente sinalética de trânsito, áreas urbanas com excessiva densidade e um tecido empresarial débil.

Qual o balanço que faz da nossa gestão à frente do município de Odivelas?

O balanço é extremamente positivo. Esta Câmara Municipal deixa uma marca profunda ao nível da componente educativa, social, desportiva e da requalificação do território em geral em que o Programa Proqual está a ser determinante para a mudança no "rostro" da cidade de Odivelas. No âmbito do Proqual permito-me destacar o Parque Urbano do Silvado, um espaço polivalente com palco multiusos, circuito de manutenção, restaurante que se desenvolve ao longo da ribeira agora requalificada, e que a população recebeu muito bem no



O mandatário para a juventude

passado dia 1 de Julho, num investimento de 3.800.000 euros. Sublinhe-se que foi feito um grande investimento na recuperação do parque escolar que estava num preocupante estado de degradação. Foram construídos refeitórios escolares em 70 por cento das nossas escolas do ensino básico e em 90 por cento da rede pública de apoio à infância. Ao nível social fica também uma marca muito positiva que se traduziu no apoio e no envolvimento diário com que são tratados os mais vulneráveis: idosos, deficientes, jovens e mulheres vítimas de maus tratos. Esse envolvimento não se limita à mera caridade mas a uma verdadeira chamada para a vida pública e cívica, veja-se o exemplo dos patrulheiros, a oficina domiciliária, o espaço cidadania e o centro local de apoio ao imigrante. Os bairros de génese ilegal que eram uma chaga no nosso território foram legalizados a um ritmo muito satisfatório, estando actualmente 41 bairros legalizados num total de 94.

Que tipo de campanha tenciona levar a cabo?

Pretendo promover juntamente com a minha equipa, com a Concelhia e as Secções de residência uma campanha dinâmica, aberta, envolvente, que marque a diferença pelas acções desenvolvidas, que vão apelar muito à participação dos jovens e da chamada terceira idade. Essa modernidade e diferença está, aliás, espelhada no primeiro "outdoor" cuja linearidade aposta numa imagem "clean" de simplicidade e transparência. O jantar de candidatura com cerca de 700 pessoas revelou uma mobilização inequívoca dos militantes e da sociedade civil rumo a uma vitória expressiva do PS. Esta campanha dinâmica reflecte, afinal, a minha vontade inabalável de continuar a obra positiva que o PS está a desenvolver e implementar uma nova geração de políticas locais que permitam transformar este território, que sempre encarei como uma terra de oportunidades. Foi um *porto de abrigo* para os meus pais nos anos 70, foi um *porto de partida* e eterno regresso para mim e será seguramente um *porto de chegada* para as minhas filhas que estão a crescer e a criar laços afectivos todos os dias com este município promissor, que há alguns anos atrás os homens e as mulheres do Movimento de Odivelas a Concelho (MOC) usaram sonhar. É para cumprir esses sonhos e expectativas que o PS tem estado a trabalhar intensamente há sete anos, com o presidente Manuel Vargues e os seus vereadores socialistas e a partir de 9 de Outubro de 2005 comigo. É por essa causa nobre de serviço público que é o poder local que me candidato. *Merecemos Vencer de Novo em Odivelas!*

FUNDÃO

CONCEIÇÃO MARTINS PROMETE COMBATE AO DESEMPREGO E INVESTIMENTO NO TURISMO

"Assumimos com o compromisso de trabalhar no sentido de construir um Fundão melhor, mais próspero e solidário, onde cada um conta", afirmou no passado dia 2 Conceição Martins, no jantar de apresentação da sua candidatura à presidência da câmara local, que contou com a presença de Almeida Santos e Fernando Serrasqueiro, entre outros destacados militantes socialistas.

Na sua intervenção, Conceição Martins referiu que "as pessoas são o capital mais importante", salientando que, por isso, "estaremos atentos a todos os nossos concidadãos, de modo a participar na resolução de eventuais problemas que surjam de forma inesperada".

Neste contexto, anunciou algumas medidas destinadas aos idosos e jovens, e assumiu o compromisso de lançar políticas no sentido de combater o



desemprego, que disse ser "uma chaga social que infelizmente também já nos bate à porta".

A criação de condições para que novas empresas se fixem no concelho, a cooperação com as empresas já instaladas promovendo os seus produtos, o incentivo

à promoção do auto-emprego e incentivos à criação de microempresas, foram algumas das ideias avançadas pela candidata do PS para "acabar ou no mínimo minimizar o drama do desemprego".

Mas, adiantou, "sendo nossa preocupação a criação de emprego, temos no turismo uma área que importa potenciar, associando-a ao ambiente".

Neste sentido, Conceição Martins propõe "a construção de uma ecopista entre o Fundão e algumas freguesias, um centro de asa delta na Gardunha e desenvolver projectos que sedimentem o que hoje existe no concelho, em colaboração com as associações do sector".

Conceição Martins é dirigente do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses (SEF) e integra a Comissão Política Concelhia do Fundão do PS.

CHAMUSCA

PS APOSTA EM FERNANDO PRATAS PARA CONQUISTAR CÂMARA À CDU

Fernando Pratas é de novo o nome escolhido pelo PS para candidato à presidência da Câmara Municipal da Chamusca. O vereador socialista acredita que conseguirá conquistar o município à CDU nas autárquicas de Outubro.

"A minha candidatura surge antes de mais como um dever de cidadania, já que é imperioso que se faça alguma coisa para que haja finalmente uma mudança na Chamusca, onde a CDU instalou desde há 25 anos uma rede de interesses e lançou o concelho no imobilismo", afirmou ao "Acção Socialista".

Sublinhando que o PS vem registando na Chamusca um crescimento eleitoral contínuo desde 1997, ficando nas últimas autárquicas a apenas 400 votos de alcançar a presidência, Fernando Pratas concluiu que não faria sentido "morrer na praia, à beira da vitória".

Actual vereador da Câmara com o pelouro das Actividades Económicas,



Fernando Pratas apontou a dinamização da economia local, a habitação e a formação profissional como as prioridades do seu programa, que considerou "vectores nucleares para o desenvolvimento sustentado" do concelho.

Para dinamizar a economia local, apontou como objectivo a criação de um Centro Integrado de Revalorização

de Resíduos Perigosos e o aproveitamento de energias renováveis, nomeadamente a biomassa, no Parque Eco.

No domínio da habitação, o candidato propõe-se apostar em "quatro patamares: habitação social, para os mais desfavorecidos, habitação a custos controlados, em parceria com o sector cooperativo, vivendas a custos reduzidos, que sejam mais baratas que um andar nas cidades vizinhas e segundas habitações de topo de gama". Por outro lado, o candidato socialista quer criar uma Escola de Profissões, que "será um local onde se aposte a sério nas profissões técnicas, como, por exemplo, electricistas, mecânicos, de forma a que o nosso concelho fixe a população juvenil e seja exportador de mão-de-obra qualificada". E adiantou que "esta é uma medida de uma importância fundamental num concelho onde 65 por cento dos jovens não concluem o 12º ano de escolaridade".

GAIA

CANDIDATO SOCIALISTA QUER INSPECÇÃO À EMPREITADA DA VIA LONGITUDINAL 9

O candidato do PS à presidência da Câmara de Gaia, Barbosa Ribeiro, anunciou que vai pedir às inspecções gerais de Finanças e da Administração do Território que procedam a vistorias à empreitada da Via Longitudinal 9 (VL9). Em comunicado, Barbosa Ribeiro salienta que a VL9, que vai ligar a Ponte do Infante à Estrada Nacional 222, "já leva um ano e sete meses de atraso, mais do dobro do prazo previsto para a execução da empreitada".

O candidato socialista pretende saber por que motivo a empreitada foi adjudicada por 40,8 milhões de euros, 0,6 por cento mais elevado, o que corresponde a 250 mil euros, do que o apresentado pelo



consórcio classificado em segundo lugar.

Barbosa Ribeiro quer saber também a

que se referem os "quase 2,5 milhões de euros" inscritos como "despesas com acessos provisórios" e se a Câmara de Gaia "vai mesmo ter de suportar" o pagamento de "indenização de 850 mil euros, por custo de oportunidade", pedida pelo empreiteiro.

Segundo explicou o candidato socialista, o protocolo de financiamento da construção da VL9 assinado em Janeiro de 2002 estabelecia que o Governo assumia o pagamento de 35,5 milhões de euros e a empresa do Metro do Porto pagaria 1,9 milhões de euros, ficando a Câmara de Gaia com a responsabilidade pelo lançamento e coordenação da obra.

EMPRESAS NA HORA E A BAIXO CUSTO

Garantir que a burocracia não constitui um entrave ao dinamismo dos agentes económicos é o objectivo central de um decreto-lei que possibilita a criação de empresas "na hora" (num só dia).

O diploma, aprovado no Conselho de Ministros de São Julião da Barra no passado dia 30 de Junho, introduz alterações ao regime jurídico de constituição das sociedades comerciais e civis sob a forma comercial.

Esta medida, tendente a transformar o crescimento económico numa prioridade nacional, permite também a redução dos custos associados à criação de empresas, de forma a torná-los os mais baixos da Europa comunitária. Assim, a partir de agora, no nosso país será possível criar uma sociedade por quotas ou anónima pagando 360 euros, mais imposto de selo e publicações obrigatórias.

Caso se trate de uma empresa de novas tecnologias ou de investigação e desenvolvimento, este preço baixa para os 300 euros.

Qualquer cidadão, de qualquer ponto do país pode constituir uma "Empresa na Hora", nas conservatórias do registo comercial ou nos postos de atendimento do Registo Comercial nos Centros

de Formalidades das Empresas, designados para a fase experimental do projecto.

Com o programa "Empresa na Hora", os interessados devem optar por um pacto social pré-aprovado e uma firma a escolher de entre um conjunto pré-reservado a favor do Estado.

Apresentado pelo ministro da Justiça, o decreto-lei em questão foi descrito como "um importante instrumento de combate à burocracia".

Segundo Alberto Costa, arrancarão já em Julho quatro "experiências-piloto em Aveiro, Coimbra, Barreiro e Seixal, mas, "em breve serão alargadas a muitos outros pontos do território nacional".

"Esta é uma redução drástica do tempo necessário para a constituição de empresas, já que, pelo regime anterior, o tempo médio do processo nunca era inferior a 20 dias", assinalou o governante, frisando de seguida que os requisitos para a constituição de firmas "são simplificados", uma vez que "deixa de ser obrigatória a identificação do objecto social e, simultaneamente, é eliminado o controlo pelo Registo Nacional de Pessoas Colectivas".

Com a aprovação deste diploma, "dispensa-se ainda a certificação da



admissibilidade de firma nos casos em que tal não se justificava, como, por exemplo, na mera alteração do aditamento legal identificativo do tipo societário ou

na instituição de sucursal de pessoa colectiva", exemplificou o ministro. O Partido Socialista mostra assim, mais uma vez, a sua grande sensibilidade para

resolver os problemas associados à burocracia portuguesa. Afinal, não foi o PS que criou as lojas do cidadão e os centros de formalização de empresas?

MEDICAMENTOS

VENDA FORA DAS FARMÁCIAS MAS SEM PUBLICIDADE

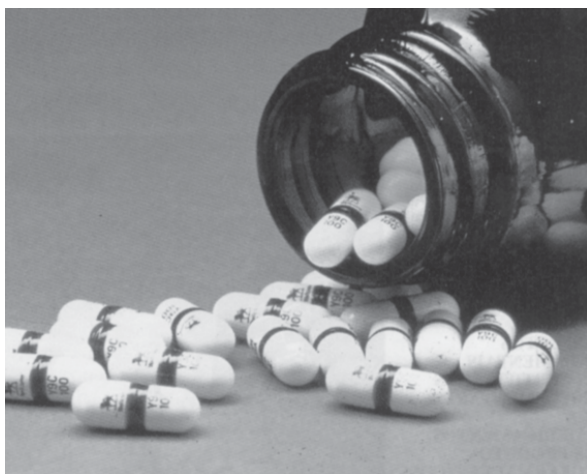
Os diplomas que autorizam a venda de medicamentos não sujeitos a receita médica fora das farmácias – proibindo a sua publicidade –, e alteram o regime de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos foram aprovados na reunião de Conselho de Ministros que assinalou os 100 dias desde a aprovação parlamentar do Programa de Governo.

O primeiro destes decretos salienta que os medicamentos em causa estarão abrangidos pelo "mesmo regime de garantia e fiscalização de qualidade e segurança dos medicamentos que são fornecidos em farmácias".

"É também estabelecido que os medicamentos vendidos fora das farmácias devem respeitar o cumprimento das obrigações relativas ao Sistema Nacional da Farmacovigilância e ao princípio do uso racional do medicamento, sendo proibidas todas as práticas promocionais, publicitárias ou comerciais", lê-se no comunicado do Executivo.

O decreto-lei, que será regulamentado através de uma portaria dos ministérios da Economia e da Saúde, refere ainda que os medicamentos de venda livre fora das farmácias "passam a ter um regime de preços livre, salvaguardadas as regras da concorrência".

Por outro lado, o diploma estabelece que a dispensa deste tipo de medicamento fora das farmácias "só pode ser feita por um farmacêutico ou por um técnico de farmácia".



Falando no final do Conselho de Ministros de São Julião da Barra, o titular da pasta da Presidência, Pedro Silva Pereira, sublinhou a intenção do Governo de "induzir a redução dos preços" dos medicamentos não sujeitos a receita médica. "liberalizando a sua fixação e promovendo a concorrência entre os vários canais de distribuição e comercialização".

Com a aprovação do diploma, o Executivo visa tornar o regime "mais racional e adequado à necessidade de assegurar a sustentabilidade do Serviço Nacional de Saúde e garantir a efectiva acessibilidade aos medicamentos pelos cidadãos com menos rendimentos".

Como principal consequência desta revisão do regime, os medicamentos passam a custar cerca de "menos seis por cento", sendo os custos repartidos pelos sectores da indústria e da distribuição.

"Procede-se também à redução em cinco por cento no escalão máximo de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos" e "elimina-se a comparticipação em dez por cento do Estado no preço dos medicamentos genéricos por se considerar que os genéricos já dispõem neste momento de condições para uma adequada implantação no mercado", conclui o comunicado do Governo.

APROVADO NOVO REGIME DE APOSENTAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

O aumento da idade da reforma dos 60 para os 65 anos e de 35 anos de serviço para 40 será feito progressivamente, seis meses por ano, iniciando-se assim um período de transição de 10 anos, pelo que as novas condições de aposentação dos funcionários públicos só se verificará em pleno em 2015.

Com este período de transição, o Executivo liderado por José Sócrates visa imprimir a esta decisão difícil o cunho da solidariedade e justiça social que tem sido a marca das governações socialistas.

Na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião do Conselho de Ministros do passado dia 30 de Junho, em que foi aprovada na generalidade a proposta que fixa o novo regime de aposentação dos funcionários públicos, o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, esclareceu que o diploma será sujeito a um "processo de negociação" com os parceiros sociais.

Esta medida de austeridade tomada pelo Governo para fazer face à crise económica do país estabelece também que, a partir de 1 de Janeiro de 2006, os novos trabalhadores da Administração Pública passem a ser inscritos na Segurança Social.

O Conselho de Ministros aprovou, ainda nesta área, um decreto que impedirá os cidadãos aposentados no exercício de funções públicas de acumularem na íntegra a sua reforma com o vencimento.

Nestas situações, o cidadão terá de optar entre receber um terço da sua reforma mais o vencimento, ou um terço do vencimento mais a sua reforma.



O GOVERNO DECIDE NO CONSELHO DE MINISTROS DE 8 DE JULHO

ELEIÇÕES AUTÁRQUICAS A 9 DE OUTUBRO

Em Conselho de Ministros, foi aprovado o decreto que marca para 9 de Outubro a data da realização das próximas eleições autárquicas. Recorde-se que as eleições autárquicas são as únicas cuja marcação compete ao Governo.

Em função da data de marcação das eleições, o prazo para entrega das candidaturas nos tribunais de círculo terminará a 16 de Agosto e a campanha eleitoral para aquelas eleições irá decorrer entre os dias 27 de Setembro e 7 de Outubro, de acordo com os prazos legais. A tomada de posse dos novos executivos camarários deverá ocorrer no final do mês de Outubro.

A data da marcação das eleições ocorre depois de audiências do ministro dos Assuntos Parlamentares, Augusto Santos Silva, com os partidos com representação na Assembleia da República (PS, PSD, PCP, CDS-PP, Bloco de Esquerda e "Os Verdes") que se manifestaram todos a favor da data de 9 de Outubro para a realização das eleições autárquicas. Os partidos defenderam aquela data por permitir que o período de campanha eleitoral não decorra numa altura em que muitos portugueses se encontram de férias. O dia 9 de Outubro foi também o preferido pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses e pela Associação Nacional de Freguesias.

Lei da Nacionalidade

O Governo aprovou ainda uma proposta de Lei que visa alterar, depois de aprovada pelo Parlamento, a Lei da Nacionalidade (Lei n.º 37/81, de 3 de Outubro). Esta proposta resulta de um compromisso expresso do Programa do Governo e visa alterar, com prudência e com realismo, o regime de atribuição e aquisição da nacionalidade, retomando a tradição portuguesa de valorização do critério do *ius soli*. O objectivo é garantir o pleno acesso à cidadania e favorecer a integração social das pessoas que nasceram em território português e que mantêm uma forte ligação à comunidade nacional.

Essa valorização passa, desde logo, pela atribuição da nacionalidade originária aos indivíduos nascidos em território português, filhos de estrangeiros, quando pelo menos um dos progenitores também aqui nasceu e aqui reside.

Por outro lado, a aquisição da nacionalidade é reconhecida também às pessoas nascidas em território português desde que no momento do nascimento um dos progenitores aqui resida legalmente há pelo menos seis anos.

No tocante à naturalização, propõe-se a concessão da nacionalidade portuguesa também aos menores nascidos em território português quando os progenitores façam prova de que aqui residem legalmente por forma duradoura. A naturalização será ainda permitida às pessoas nascidas em Portugal e que aqui atinjam a maioridade, tendo permanecido em território português pelo menos nos 10 anos anteriores ao pedido. No plano institucional, transferem-se para a esfera de competências do Ministério da Justiça as decisões referentes a pedidos de naturalização,

actualmente a cargo do Ministério da Administração Interna, por se tratar de matéria de reconhecimento de direitos.

Reestruturação da Administração Central do Estado

O Governo aprovou ainda uma resolução que permite o início imediato das auditorias aos serviços do Estado e que antecipa a conclusão deste processo até ao final do ano de 2006. Recorde-se que quando as auditorias a todos os serviços tutelados por ministérios foram anunciadas pelo Governo, no âmbito do plano de consolidação orçamental, previa-se que o processo se desenrolasse ao longo da legislatura, podendo prolongar-se até 2008. A resolução sobre o programa de reestruturação da administração central estabelece que o processo tenha a orientação geral do primeiro-ministro, José Sócrates, e a supervisão directa dos ministros de Estado e da Administração Interna, António Costa, e de Estado e das Finanças, Luís Campos e Cunha.

Segundo o Executivo, o processo tem como objectivos "a avaliação das funções do estado com vista à determinação das que se devem manter, extinguir ou ser assumidas por outras entidades públicas ou privadas". O Governo pretende também "descentralizar funções, visando a aproximação das administração central aos cidadãos e empresas, e descentralizar para a administração local algumas competências, sobretudo, ao nível da administração de prestação de serviços". Entre outras metas, o executivo assume a pretensão de "diminuir estruturas administrativas da administração central, simplificar e racionalizar procedimentos administrativos" e "diminuir o número de efectivos em exercício de funções na administração central".

O Governo aprovou ainda neste Conselho de Ministros:

- Um decreto regulamentar que aprova o Regulamento do Sistema de Avaliação e Acompanhamento dos Projectos de Potencial Interesse Nacional. Este plano do Governo tem como objectivo "a dinamização do investimento empresarial associado a actividades que diversifiquem a base económica existente, criem emprego qualificado e apresentem características que lhe permitam gerar maior valor acrescentado". De acordo com o Governo, o decreto regulamentar, agora aprovado, visa "favorecer a célere tramitação dos projectos PIN, mediante o estabelecimento de novas formas de relacionamento e articulação entre as múltiplas entidades intervenientes nos processos de autorização e licenciamento".
- Uma resolução do Conselho de Ministros que aprova a minuta do contrato de investimento e respectivos anexos a celebrar entre o Estado Português, a Renault, S. A. S., a Renault Nissan Portugal, S. A., e a Companhia Aveirense de Compo-



nentes para a Indústria Automóvel, SA. O projecto de investimento consiste na "expansão e modernização da unidade industrial da Companhia Aveirense de Componentes para a Indústria Automóvel, em Aveiro. O executivo estima que, dos 87,3 milhões de euros, cerca de 437 mil euros sejam destinados à formação profissional, e prevê que o volume de vendas ascenda a 270,6 milhões de euros no ano cruzeiro. Ainda de acordo com o comunicado do Conselho de Ministros, este investimento deverá criar 251 novos postos de trabalho, "apara além da

manutenção dos 736 já existentes".

- Um decreto-lei que altera o decreto-lei n.º 492/88, de 30 de Dezembro e o decreto-lei n.º 229/95, de 11 de Setembro, que regulamentam a cobrança e as formas de reembolso, respectivamente, do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e das pessoas colectivas e do Imposto sobre o Valor Acrescentado;
- Um decreto-lei que cria um regime excepcional para a contratação de empreitadas de obras públicas, fornecimento de bens e aquisição de serviços que tenham em vista prevenir ou acorrer a situações extraordinárias

decorrentes da seca em 2005;

- Um decreto-lei que aprova o regime de licenciamento da actividade das entidades que operam no sector da pesquisa, captação e montagem de equipamentos de extracção de água subterrânea.
- Uma resolução do Conselho de Ministros que autoriza o Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola (INGA) a realizar a operação de transferência de cereais de intervenção da Hungria a que se refere o Regulamento (CE) n.º 923/2005 da Comissão, de 15 de Junho de 2005.
- Um decreto-lei que derroga transitivamente o regime jurídico vigente em termos de períodos máximos de permanência dos elementos do quadro de pessoal especializado do Ministério dos Negócios Estrangeiros na Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia (Reper), em Bruxelas, para preparação e acompanhamento da presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, em 2007.
- Um decreto-lei que regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica interna as directivas n.º 2004/2004/CE, de 2 de Março de 2004, 2004/58/CE, de 23 de Abril de 2004, 2004/99/CE, de 1 de Outubro de 2004, 2005/2/CE, de 19 de Janeiro de 2005 e 2005/3/CE, de 19 de Janeiro de 2005, da Comissão, incluindo novas substâncias activas de produtos fitofarmacêuticos no anexo I do decreto-lei n.º 94/98, de 15 de Abril.

PS/CALDAS SAÚDA CONSTRUÇÃO DO AEROPORTO DA OTA

A decisão do Governo de avançar definitivamente para a construção do novo aeroporto de Lisboa na Ota, depois de três anos de "impasses e indecisões" dos executivos PSD/PP foi saudada pelo PS/Caldas.

Num comunicado assinado pelo presidente da Comissão Política Concelhia, António Galamba, o PS/Caldas sublinha a importância para as Caldas da Rainha e para o Oeste de um projecto "que dinamizará a economia, aumentará a competitividade do nosso território e será mais um factor que concorre para a afirmação turística internacional do Oeste".

Para o PS/Caldas, "a determinação do Governo PS é tanto mais relevante quando ocorre num clima económico desfavorável, com a oposição frontal do líder do PSD, Marques Mendes, e do líder do CDS-PP, Ribeiro e Castro, que classi-

ficaram a obra de 'elefante branco' e de 'erro monumental', respectivamente".

Por outro lado, o PS/Caldas "mantém a sua determinação em contribuir para a resolução" dos impasses da lagoa de Óbidos, do relançamento do termalismo e da Linha do Oeste e de encontrar soluções para a relação do município com a EDP e com as águas de Portugal, "dois impasses em que os caldenses têm pago a factura da relação conflituosa da actual maioria camarária com essas entidades".

Por isso, refere o comunicado, "por muito que custe aos nossos adversários", o PS/Caldas "é hoje uma alternativa com soluções para o nosso município, com um novo olhar sobre a realidade municipal e das freguesias, constituindo-se como um capital de esperança para uma mudança política no próximo dia 9 de Outubro".

ANUNCIADO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS PRIORITÁRIOS

A promessa foi cumprida. Apenas cem dias após ter tomado posse o Governo anunciou o programa de revitalização da economia portuguesa. Este documento visa recolocar o país no caminho do crescimento e do bem-estar social, factores de que têm estado arredados da política portuguesa.

O Governo de José Sócrates apresentou em Lisboa, no Centro Cultural de Belém (CCB), o Programa de Investimentos em Infra-estruturas Prioritárias (PIIP) para os próximos quatro anos.

Estão previstos investimentos que rondarão os 25,1 mil milhões de euros, verba que será, segundo o Governo, aplicada em infra-estruturas básicas, nomeadamente no sector do ambiente, da energia, dos transportes, da cultura e do apoio social, para onde serão canalizados 16,8 mil milhões de euros. O território será contemplado com uma verba de 3,8 mil milhões, que serão afectos prioritariamente à valorização do território no domínio da política das cidades e turismo, e onde se contempla, nomeadamente, o desenvolvimento do programa polis, entretanto abandonado pelo anterior governo. Finalmente cerca de 4,5 mil milhões de euros serão dirigidos para a política de sistemas de informação e de formação. Por outro lado, o TGV e o início das obras da construção do novo aeroporto da Ota vão mesmo em frente ainda na presente legislatura.

Quem o garantiu foi o próprio primeiro-ministro, José Sócrates, que afirmou na apresentação do Programa de Investimento em Infra-estruturas Prioritárias, que o país não poderia ficar de fora da rede de alta velocidade europeia, facto que, a suceder, como referiu, "nos colocaria num processo de maior distanciamento em relação aos nossos parceiros da Comunidade".

A propósito do novo aeroporto, o primeiro-ministro chegou mesmo a deixar uma pergunta no ar: "Qual seria o custo de Portugal não ter um aeroporto competitivo

dentro de dez anos?".

Nesta primeira fase, lembrou o primeiro-ministro, serão investidos cerca de 1,5 mil milhões de euros para que se possam efectuar estudos mais aprofundados sobre o TGV, uma obra que, recorde-se, está calculada em perto de 14 mil milhões de euros. Cerca de 650 milhões serão canalizados para os novos estudos sobre a Ota, cujos custos globais estão avaliados em perto de três mil milhões de euros.

Mário Lino, ministro das Obras Públicas, teve a este propósito ocasião para garantir que o Governo português já assumiu que as linhas ferroviárias de alta velocidade entre Lisboa e Madrid e entre o Porto e Vigo, estarão concluídas imediatamente após o final da presente legislatura, ou seja perto de 2009.

Em relação à linha entre as duas capitais ibéricas, o responsável pela pasta dos Transportes foi ainda mais específico, garantindo que, em 2010, portugueses e espanhóis ficarão ligados por alta velocidade, e um ano depois estará concluída a ligação Lisboa-Vigo.

Para José Sócrates, o programa de investimentos para a legislatura consubstancia as prioridades de investimento público, convidando a iniciativa privada a associar-se e a apresentar projectos capazes de ajudar o país a modernizar-se num prazo relativamente curto.

Entre as áreas consideradas fundamentais, no que respeita ao investimento para os próximos quatro anos, o Governo destaca o desenvolvimento da rede de Internet de alta velocidade, conhecida por banda larga, o ambiente, onde a aposta será sobretudo dirigida para as energias renováveis, e



finalmente o sector do turismo, área económica onde o país apresenta já um conjunto de condições e de estruturas comparáveis ao que de melhor se pode encontrar noutros países, mas que na opinião do Executivo importa potenciar e melhorar em diversos campos.

Nas palavras de José Sócrates, o objectivo do Governo ao apresentar publicamente este programa, passa por potenciar o crescimento da economia portuguesa, a par, como sublinhou, do aumento da coesão social e da qualidade de vida da população. O chefe do Executivo adiantou ainda que um dos principais objectivos é igualmente melhorar o ordenamento do território apostando ainda na promoção da conhecimento e da investigação científica.

Criar 120 mil novos postos de trabalho

O Partido Socialista asseverou, durante a campanha eleitoral, que, caso viesse a assumir responsabilidades governativas, tudo faria para atacar o problema do desemprego de frente. Com a apresentação do Programa de Investimento em Infra-estruturas (PIIP), o Governo de José Sócrates garante que o preocupante

cenário deixado pelo anterior governo, que atirou o país para níveis de desemprego há muito desconhecidos entre nós, vai começar a ser invertido.

Neste sentido, como referiu o ministro da Economia e Inovação, Manuel Pinho, mais de 30 por cento do crescimento previsto para este período será da responsabilidade

TRÊS GRANDES ÁREAS PARA INVESTIMENTO

Infra-estruturas básicas 16,8 mil milhões de euros

Nos domínios do ambiente, da energia, dos transportes, da cultura e do apoio social

Valorização do território 3,8 mil milhões de euros

Nos domínios da política de cidades, património natural e turismo

Conhecimento e sistemas de informação e formação 4,5 mil milhões de euros

do Programa de Investimento em Infra-estruturas Prioritárias (PIIP), ou seja, oito mil milhões de euros sairão directamente do Orçamento do Estado, ficando os restantes 70 por cento a cargo das parcerias entre os sectores público e privado. Estes números são fortemente elucidativos do interesse do actual Executivo no crescimento da economia portuguesa, facto que ajudará ao surgimento de novos postos de trabalho. Ainda segundo Manuel Pinho, cerca de 11,652 milhões de euros, do total do investimento, que será como se referiu de 25,1 mil milhões de euros, correspondente a 46,6 por cento, serão assegurados pelo investimento público e 13,348 milhões de euros pelo sector privado, o que corresponde a 5895 milhões de euros de parcerias público-privadas. O programa de investimentos para os próximos quatro anos, referiu ainda o responsável pela pasta da Economia, prevê a criação de 120 mil novos empregos que se traduzirá num contributo entre 1,3 a 1,7 por cento para o crescimento económico projectado para este período.

Por prioridades, como foi anunciado pelo Governo no CCB, a principal área de investimento será nos transportes, com 8311 milhões de euros, ou seja, 33 por cento do total, seguida da área da energia, para onde serão destinados cerca de 5573 milhões de euros, numa percentagem de 22 por cento do total do PIIP.

A área do conhecimento e das novas tecnologias de informação e comunicação receberá uma verba de perto de 18 por cento do total do investimento, cerca de 4427 milhões de euros, enquanto o património natural, turismo e reabilitação urbana serão contemplados com 3773 milhões de euros, correspondentes a 15 por cento do programa.

Ambiente com 2131 milhões de euros, áreas sociais com 795 milhões de euros e a expansão da rede de banda larga, com 1008 milhões de euros, perfazem os restantes investimentos nas áreas prioritárias de investimento deste programa apresentado pelo Governo.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

ÍNDICES ECONÓMICOS MELHORAM

Os dados são do ISEG – Instituto Superior de Economia e Gestão: a confiança na actividade económica em Portugal melhorou em Junho, face aos dados conhecidos do mês anterior. Segundo aquele organismo, o indicador mensal de expectativas sobre a evolução de curto prazo da economia portuguesa estabilizou nos 44,1 percentuais, cenário que, para o referido estudo, traduz uma ligeira subida em relação a Maio, cuja percentagem se fixou nos 43,8 por cento. Os estudos sobre a confiança da economia portuguesa foram trabalhados pela primeira vez pelo ISEG em Outubro de 2004, data a partir da qual aquela instituição passou a publicar

periodicamente a sua análise na última quarta-feira de cada mês.

O painel que analisa os dados disponíveis sobre a problemática da economia portuguesa é constituído por 16 professores daquela instituição do ensino superior, sustentando aqueles responsáveis a sua análise num critério que varia entre o zero e os 100 pontos, a que juntam informações provenientes do Instituto Nacional de Estatística, em relatórios de diversas instituições especializadas da área económica e em inquéritos realizados junto de todos os docentes da instituição, privilegiando a análise a forma como os professores vêem a

evolução da economia portuguesa a curto prazo.

O futuro passa pela aposta em I&D

A certeza partiu de Murteira Nabo, bastonário da Ordem dos Economistas. Para que a economia portuguesa alcance padrões sustentáveis de desenvolvimento num período relativamente curto, "a aposta terá que ser dirigida preferencialmente para o investimento na área da inovação, aumentando a taxa actualmente aplicada no sector de Investigação e Desenvolvimento (I&D)". Para este economista, Portugal não terá

alternativa, no curto prazo, a não ser apostar no reforço do investimento na área da inovação, sobretudo aquele ligado às empresas e ao mercado, aspecto que para Murteira Nabo, "é a essência que Portugal ainda não soube resolver".

O nosso país, lembrou ainda, debate-se com um atraso significativo em termos de inovação, com taxas de investimento em I&D bastante mais rudimentares do que as verificadas nos restantes países da Comunidade, apesar de se notar nos últimos anos, como referiu, um "esforço assinalável" de crescimento e interesse público por esta área.

O problema, como não deixou de sublinhar Murteira Nabo, "é que não estamos

a criar muita riqueza", uma vez que "continuamos concentrados na investigação básica e científica e não na investigação para a aplicação em mercado".

A crise que o nosso país atravessa é na opinião deste especialista resultado do "modelo usado de mão-de-obra barata e da quase inexistência de tecnologias", cenário que só poderá conhecer uma reviravolta, se Portugal apostar em negócios e produtos de futuro, "onde a componente valor acrescentado passe a constituir um factor de maior incorporação", o que só se conseguirá, como defendeu, "através de uma aposta séria em novas tecnologias e em inovação".

NOTA FINAL

Alberto João Jardim e José Miguel Júdice deram nos últimos dias uma ideia sobre o principal partido da oposição.

Um. José Miguel Júdice, militante do PSD que aceitou ser o mandatário da candidatura PP de Maria José Nogueira Pinto em Lisboa, não compreende a indignação de alguns militantes do PSD por ter aceite tal função na lista: "Não quero acreditar que só se pode ter liberdade fora dos partidos", terá dito.



JORGE SEGURO SANCHES

jseguro@ps.parlamento.pt

Dois. Alberto João Jardim, numa das suas quase normais intervenções políticas, foi mais uma vez capaz daquilo a que nos habituou durante décadas de poder: um caciquismo irresponsável com toques de populismo:

«Portugal já está sujeito à concorrência de países fora da Europa, os chineses estão a entrar por aí dentro, os indianos a entrar por aí dentro e os países de Leste a fazer concorrência a Portugal» (...)

«Está-me a fazer um sinal porquê? Estão aí uns chineses? É mesmo bom para eles ouvirem porque eu não os quero aqui»

Alberto João Jardim (no encerramento da festa '48 Horas a Bailar'), Lusa, 4/7/05

Depois foi o habitual.

A generalidade da classe política portuguesa criticou Jardim (e diga-se na verdade sem grandes consequências) e o PSD em especial utilizou a velha tática do futebol – de que a melhor defesa é o ataque – Marques Mendes depois de considerar pouco felizes as declarações de Jardim passou a criticar o Governo por, segundo ele este não ter actuado perante as "infelizes" declarações de Jardim.

A contra-reacção de Jardim não se fez esperar e depois do Conselho Regional do PSD/ Madeira ter censurado as atitudes do presidente nacional do partido, Marques Mendes, e sustentado ser "inconveniente" a sua presença na festa regional social-democrata madeirense marcada para o dia 24, no Chão da Lagoa, Alberto João acusou, domingo, a liderança de Marques Mendes de estar a «rebenatar com o PSD» e a fazer «uma caricatura de oposição» ao PS.

Três e conclusão. ao contrário do que pensa José Miguel Júdice, há mesmo muita liberdade dentro dos partidos e em especial no PSD. Como se constata, e de uma assentada, Jardim pôde fazer declarações xenófobas, considerar o seu líder *persona non grata* e demonstrar toda a fraqueza do maior partido da oposição.

ORÇAMENTO RECTIFICATIVO

REPOR A VERDADE NAS FINANÇAS PÚBLICAS

Campos e Cunha foi ao Parlamento apresentar o Orçamento Rectificativo. Explicou que o défice estimado nas contas públicas resulta da exclusiva responsabilidade do anterior Governo, que de forma deliberada elaborou um incompetente e irresponsável Orçamento de Estado para 2005.

Foi aprovada, por maioria absoluta no Parlamento, a proposta de lei do Governo de Orçamento Rectificativo para 2005.

Para o ministro das Finanças, Luís Campos e Cunha, justificava-se a apresentação para discussão e aprovação plenária deste documento, em virtude do Orçamento de Estado para 2005, da responsabilidade do anterior Governo, apesar da aritmética correcta, estar carregado de problemas. De facto, como também assinalou, o documento tinha uma aritmética correcta, "mas o Orçamento estava errado".

Para o responsável da pasta das Finanças, a aparente certeza das contas do anterior Executivo, escondia, afinal, "um premeditado engano", como mais tarde se veio a revelar nas conclusões da Comissão Constância. De facto, lembrou Campos e Cunha, foram diversos os erros detectados no Orçamento para 2005 apresentado e aprovado pelo anterior Governo.

Do lado da receita para o corrente ano, admitia-se erradamente a recolha pelo Estado de receitas extraordinárias que se vieram a mostrar impossíveis de utilizar, e isto, como lembrou o ministro, "por terem sido recusadas pelo Eurostat, ou antecipadas para disfarçar o défice de 2004, ou ainda porque nem sequer existiam".

A este cenário, acresce ainda o facto de se somarem dividendos que as empresas públicas não tinham para dar ao Estado. Apresentaram-se receitas de mais de 2500 milhões de euros de receitas que desapareceram. Igualmente do lado da despesa foram detectados erros que urgia rectificar. É o caso, por exemplo, do Serviço Nacional de Saúde que estava suborçamentado. Os aumentos dos salários e pensões dos funcionários públicos foram esquecidos, o que quer dizer que estes trabalhadores não tinham verbas inscritas no Orçamento para este ano para os aumentos dos seus vencimentos. As pensões e subsídios de desemprego da Segurança Social, que o anterior Governo "sabia que tinha que pagar", não foram contemplados e finalmente o Instituto de Estradas, "que se sabia não poder desorçamentar", foi pura e simplesmente omitido.

Contas feitas, e já depois de cortar

mais de 800 milhões de euros de investimento e mesmo sem contar ainda com outras transferências para as autarquias, veio-se a verificar, como ficou claro na análise efectuada pela Comissão Constância às contas públicas, que o erro estimado do Orçamento de Estado para 2005 da responsabilidade do anterior Governo, situava-se em qualquer coisa como 5500 milhões de euros.

Os esquecimentos pagam-se caro

Com os números a demonstrar que as contas do Estado caminhavam para um beco sem saída se nada fosse feito, o ministro Campos e Cunha lembrou, a este propósito, que quando se esquece os aumentos dos salários e das pensões, quando se esquece ou se ignora o défice crónico do Serviço Nacional de Saúde e os problemas da Segurança Social ou quando se retira do défice empresas que não podem de lá sair, "é fácil dizer que se reduz a despesa".

Não é inventando receitas "que não existem", e expedientes contabilísticos "que só agravam os défices futuros", também, neste caso é fácil afirmar, lembrou o ministro das Finanças, "que não se vão aumentar impostos".

Com tantos erros somados não é preciso ser-se muito complacente para se entender que o Orçamento Rectificativo vai, antes de mais, servir para "pagar as despesas que outros prometeram fazer". Tratou-se pois, como recordou o titular da pasta das Finanças, de apresentar um Orçamento de recurso, um documento que prepara o país para contas públicas verdadeiras, "sem a máscara das receitas extraordinárias".

As contas preto no branco

Como a suborçamentação das contas públicas da responsabilidade do anterior Governo constituiu uma realidade em muitos sectores, e porque há vontade política do actual Executivo em inverter esta panorama, o Orçamento Rectificativo de 2005 compreende um reforço na despesa,

medida inevitável para se repor a verdade e corrigir os erros.

Assim, vão ser cativados ao Serviço Nacional de Saúde cerca de 1800 milhões de euros, para a Segurança Social 399 milhões de euros, para a Caixa Geral de Depósitos 275 milhões e 315 milhões de euros serão afectos às Estradas de Portugal.

Com este reforço de verbas, como disse Campos e Cunha, vai ser possível pagar a saúde dos portugueses, as pensões dos reformados e os investimentos mais urgentes em infra-estruturas. Mas vai ainda pagar os aumentos salariais dos professores, a ADSE dos funcionários públicos e os subsistemas de saúde das Forças de Segurança e das Forças Armadas.

Mas se do lado das despesas a justiça em alguns casos é reposta com a introdução destas medidas, do lado da receita foram igualmente anunciadas alguns pontos que importa reter. Como afirmou o ministro das Finanças, em termos de receitas fiscais, "este Orçamento prevê um aumento de 6,7 por cento face ao ano anterior", uma inevitabilidade, que certamente ajudará, por outro lado, a que o ritmo de crescimento da colecta de impostos possa atingir, senão o dobro, pelo menos se aproxime muito do PIB nominal. É verdade, e o ministro das Finanças não deixou de o reconhecer, que o aumento do IVA, de 19 para 21 por cento, ajudará certamente a consolidar esta projecção, mas não deixa de ser evidente, mesmo para os partidos da oposição, o esforço que o Governo liderado por José Sócrates está a desenvolver, com responsabilidade directa do Ministério das Finanças, no sentido de uma verdadeira luta contra a fraude e a evasão fiscais.

Mas tudo poderia e deveria ser diferente, como defendeu Campos e Cunha, se o anterior Governo tivesse apostado em contas públicas sérias e sem ter recorrido a subterfúgios contabilísticos.

Com efeito, se a titularização dos créditos fiscais, "que salvou o défice em 2003" não tivesse sido o que foi, "o Estado não teria que pagar este ano mais de 400 milhões de euros". Do

mesmo modo, se não se tivesse efectuado a transferência do Fundo de Pensões da Caixa Geral de Depósitos, "que salvou o défice em 2004", não estaríamos agora perante o facto de o Estado ter que pagar este ano 470 milhões de euros.

Ou seja, como lembrou o ministro das Finanças, "se nada disto tivesse ocorrido, então o aumento do IVA não teria sido necessário".

Regimes simplificados de tributação

O Orçamento Rectificativo que o Governo viu aprovado no Parlamento, é um instrumento direccionado ao crescimento económico, estabilidade e simplicidade legislativas do quadro fiscal.

É proposto neste Orçamento Rectificativo, e no que respeita ainda ao combate à fraude, um Regime Excepcional de Regularização Tributária de capitais colocados no exterior, medida que se destina, na perspectiva do ministro das Finanças, a incentivar regularizações voluntárias e a favorecer a aplicação de capitais em Portugal, a qual, como reforçou, "embora não isenta de críticas, deu provas de grande eficácia noutros países".

Mas outras medidas foram ainda anunciadas no capítulo da área fiscal. Estão neste caso a introdução, já em 2007, dos regimes simplificados de tributação para certos sectores de actividade, ou, em 2005, com base no relatório dos Benefícios Fiscais, a apresentar no próximo mês de Setembro, que serão revistos eliminando perdas de receitas, "embora mantendo os incentivos ao investimento em I&D e favorecendo a requalificação ambiental". Ou seja, Campos e Cunha o Governo ao mesmo tempo que pretendem eliminar os benefícios fiscais que criam distorções e injustiças, dirigem a atenção do Governo no sentido de apoiar os investimentos que apontam para o desenvolvimento e para a requalificação do ambiente.

O Estado e a Administração Pública também serão objecto de reformas de fundo com a aprovação deste documento, fazendo a consolidação pelo lado da despesa. Neste sentido, diz Campos e Cunha, vão ser feitas auditorias organizacionais aos ministérios, "avaliando-se deste modo, processos e serviços". Aos cortes cegos e insustentáveis "contrapomos a racionalidade nas poupanças". Para o titular da pasta das Finanças, este Orçamento, "apesar de ser apenas para rectificar o anteriormente aprovado, é também um primeiro passo para as reformas necessárias do Estado, da Administração Pública, da Segurança Social e da política fiscal que o país exige".

RUI SOLANO DE ALMEIDA

SEIS MEDIDAS DE COMBATE À EVASÃO

- Criação de mecanismos que obstem às práticas evasivas, vulgarmente denominadas de «lavagem do dividendo»;
- Limitações à dedução de prejuízos de modo a evitar indevidas manipulações com os prejuízos fiscais das empresas;
- Ajustamentos em matéria de cálculo da dedução de imposto pago no estrangeiro, pondo fim a vantagens injustificadas do sistema actual;
- Mecanismos que tomem a factura, de facto, obrigatória;
- Autorizações legislativas no âmbito do IVA que obstem à fraude em áreas de particular risco, como sejam, as transacções imobiliárias.

Accção Socialista

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches jseguro@ps.parlamento.pt | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.parlamento.pt
REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt | SECRETARIADO
Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo;
Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382
20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria
103, 1300-501 Lisboa

LEI DO REFERENDO E LEI-QUADRO DA ÁGUA

Em vésperas do Parlamento entrar de férias (dia 28 de Julho a Assembleia da República discutirá a proposta de lei do Executivo sobre as Grandes Opções do Plano para 2006), foram diversas as intervenções de deputados do Partido Socialista que importa referir.

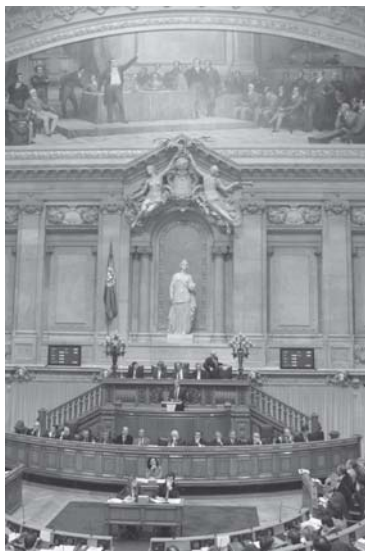
Coube a Vitalino Canas conduzir a apresentação do projecto de alteração à legislação sobre referendos. Esta iniciativa do PS, como referiu o deputado socialista, pretende melhorar as condições para uma cidadania activa, ajudando a dar mais um passo no aprofundamento dos mecanismos democráticos de participação directa dos cidadãos na vida política.

Justificando a apresentação do projecto-lei sobre o referendo, Vitalino Canas sublinhou a sua importância, numa altura em que “tanto se fala de défice democrático, de desprestígio das instituições políticas e de enfraquecimento dos governos nacionais”.

Para o PS, referiu, o referendo tal como outros instrumentos de democracia semidirecta, constituem “utensílios incontornáveis”.

No caso do referendo nacional, reconhece, também pesa o facto de o processo estar onerado e condicionado por uma série de limites materiais, formais e circunstanciais que torna muitas vezes impossível a sua oportuna convocação. É sintomático, refere, que já tenham sido inviabilizados, “por razões de ordem essencialmente formal”, tantos referendos como aqueles que se realizaram efectivamente.

Esta realidade acentua-se, na sua opinião, porque “temos que percorrer diversos trâmites formais”, que normalmente



englobam, três órgãos de soberania, facto que “poderá prolongar o processo até seis meses”.

É com os olhos nestas e noutras dificuldades, e como objectivo de as ultrapassar, que o Partido Socialista apresentou no Parlamento o projecto de lei 122/X.

Reconhecendo que não é possível sem revisão constitucional suprimir alguns constrangimentos, o diploma apresentado pelo PS vai permitir e facilitar, na perspectiva de Vitalino Canas, “a convocação de referendos, flexibilizando ou suavizando algumas das regras a que actualmente o instituto do referendo está sujeito”.

De entre as alterações defendidas por este

projecto lei, o PS propõe o alargamento do intervalo temporal dentro do qual o Presidente da República pode marcar a data de um referendo, obviando o que actualmente sucede, que espalha o Chefe de Estado a marcar o referendo para uma data entre o 60º e o 90º dia a contar da publicação do decreto de convocação. Na proposta do PS, ao invés, o intervalo de tempo passa para um mínimo de 40 dias para um máximo para 180 dias.

Na opinião de Vitalino Canas, o PR fica, com esta proposta, com margem de manobra acrescida, que lhe permitirá maior liberdade na avaliação das condições políticas, da urgência da questão, da necessidade de esclarecimento público e do calendário eleitoral.

Lei-quadro da Água

A lei-quadro da água e a titularidade dos recursos hídricos foi outro dos temas levados pelo Governo ao Parlamento.

O deputado Renato Sampaio lembrou a este propósito que a União Europeia aprovou em 2000, durante a presidência portuguesa, a directiva Quadro da Água. Já lá vão, portanto, cinco anos. O actual primeiro-ministro, José Sócrates, enquanto ministro do Ambiente no anterior Executivo liderado por António Guterres, desempenhou, segundo Renato Sampaio, “um papel determinante no aprofundamento e na condução de todo

o processo negocial”, mas agora, volvidos cinco anos, “deparamo-nos com o facto de essa directiva comunitária não ter sido ainda transposta para o direito interno, colocando Portugal em incumprimento desde 22 de Dezembro de 2003”.

No sentido de se ultrapassar este atraso, Renato Sampaio defende a aprovação das iniciativas do Governo, em relação à lei-quadro da Água e da titularidade dos recursos hídricos, de forma que em Dezembro de 2006, “fiquem operacionais os programas de monitorização para a gestão da água, e em fins de 2008 concluídos todos os planos de gestão das bacias hidrográficas bem como a sua publicação em 2009. Tudo isto, como referiu, para que em 2015 “esteja garantida a qualidade de todas as nossas águas, especialmente as de consumo”. Também o deputado Marcos Sá abordou esta temática, referindo que o novo enquadramento institucional apresentado pelo Governo, “harmoniza-se com o princípio da região hidrográfica como unidade principal de planeamento e gestão”, tal como está estabelecido pela directiva 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro. A partir de agora, como recordou, e segundo o novo enquadramento, são criadas cinco Administrações de Região Hidrográfica (ARH), cujas sedes coincidem com as das actuais CCDR. Segundo a proposta do Governo, passam para as ARH as actuais competências das CCDR em matéria de licenciamento e fiscalização de recursos hídricos, bem como os meios materiais e humanos.

R.S.A.

MULHERES SOCIALISTAS

CRIAR CONDIÇÕES PARA MELHORAR PARTICIPAÇÃO FEMININA

Estabelecer uma rede interactiva de comunicação entre as mulheres disponíveis para participar na vida política portuguesa e criar um núcleo duro de especialistas na formação de quadros técnicos femininos para o exercício de actividades públicas, em especial a nível do poder local, foram os objectivos centrais do seminário “WCD – Women Can Do it” (as mulheres conseguem), que decorreu nos dias 8 e 9, na Assembleia da República. Esta iniciativa, promovida em conjunto pelo Departamento Nacional de Mulheres Socialistas (DNMS) e pela bancada do PS, contou com o incentivo e o apoio de deputadas do PS norueguês e da Embaixada da Noruega, país onde este curso foi ministrado pela primeira vez, em 1995.

Segundo a presidente do DNMS, Sónia Furtuzinhos, para a acção de formação foram escolhidas 35 mulheres com actividade política, as quais ficaram habilitadas a transmitir os conhecimentos adquiridos em áreas diversas, nomeadamente ao nível da comunicação. “Estas 35 formadoras poderão dinamizar, nos diferentes distritos do país, outros seminários WCD com vista a criar condições para uma maior integração feminina no universo político-partidário



português”, considerou.

Na qualidade de moderadora da sessão de lançamento do curso, Sónia Furtuzinhos sublinhou o papel que o PS tem desempenhado no agendamento das questões da igualdade, postura que tem contribuído de forma determinante para uma maior visibilidade desta problemática.

“O Partido Socialista assume-se como referência na luta pela igualdade, e nós as mulheres do partido temos agora um ambicioso objectivo pela frente que passa por cumprir a quota dos 33 por cento de participação feminina nas listas para as eleições autárquicas de Outubro”, adiantou a deputada, para quem o WCD constitui “um sinal de esperança e um estímulo”.

“Esta acção de formação é um ponto de

partida para o estabelecimento de uma rede que deverá estender-se a todo o país, com vista a operar uma viragem no panorama da luta pela igualdade de oportunidades”, adiantou Sónia Furtuzinhos.

Por sua vez, a parlamentar socialista Leonor Coutinho sublinhou a importância de uma pedagogia de proximidade, que permita treinar mulheres em matéria de atitudes e técnicas políticas, vincando ainda e de forma incisiva a crucialidade estratégica da criação de redes de interacção que permitam combater eficazmente a sensação de isolamento que muitas mulheres experimentam quando tentam entrar na luta política.

Também a deputada Maria de Belém Roseira saudou a iniciativa, descrevendo-a como “fonte de confiança e de reforço da auto-estima” feminina, minada desde

os tempos do Estado Novo.

“As mulheres demonstram uma certa inibição para falar em público e para exercerem actividades públicas”, pelo que “seminários como o WCD são iniciativas de uma importância extraordinária no esforço colectivo pela criação de condições para a participação feminina de forma justa e equitativa”, frisou a ministra da Saúde e para a Igualdade. A participante Isabel Robalinho não pode estar mais de acordo com estas opiniões ao fazer um balanço muito positivo da iniciativa, que descreveu como “uma ideia genial”.

“Este seminário deu-nos confiança e foi uma excelente oportunidade de partilha de experiências, porque nos fez sentir que não estamos sozinhas”, disse.

MARY RODRIGUES

REQUERIMENTOS

O PS PERGUNTA

Assunto: Requerimento ao ministro das Finanças relativo ao apoio da Caixa Geral de Depósitos a candidaturas autárquicas

Apresentado por: Alberto Antunes
Assunto: 1º ciclo do Ensino Básico – Equipas Multidisciplinares, uma aposta necessária

Apresentado por: Jovita Ladeira
Assunto: Capacidade de endividamento e empregabilidade da Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar

Apresentado por: Maria Helena Rodrigues
Assunto: Ilha de Tavira com projecto urbanístico

Apresentado por: Jovita Ladeira
Assunto: Aeroporto da Ota

Apresentado por: Osvaldo de Castro e Odete João

Assunto: Lear Corporation
Apresentado por: Miguel Laranjeiro, António José Seguro, Isabel Jorge e Ricardo Gonçalves

Assunto: Julgados de Paz
Apresentado por: Odete João e Osvaldo de Castro

Assunto: Questões de relevância para o concelho de Sabrosa

Apresentado por: Jorge Almeida
Assunto: Questões de relevância para o concelho de Mesão Frio

Apresentado por: Jorge Almeida
Assunto: Da existência de autos de contra-ordenação levantados pela Inspeção-Geral do Ambiente e de processos do Pólo do Ambiente à Câmara Municipal das Caldas da Rainha por descargas ilegais para a lagoa de Óbidos

Apresentado por: António Galamba
Assunto: Ministério da Defesa – OGMA

Apresentado por: Leonor Coutinho
Assunto: Alternativa à EN 229 entre Sótão e Viseu

Apresentado por: Miguel Gínestal e José Junqueiro

Assunto: Recolha e transporte de resíduos industriais banais no distrito de Évora

Apresentado por: Carlos Zorrinho e Paula Nobre de Deus

Assunto: Planeamento familiar
Apresentado por: Teresa Venda, Maria do Rosário Carneiro, Isabel Jorge, Ana Couto, Luís Braga da Cruz e Teresa Portugal

Assunto: Execução da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez
Apresentado por: Teresa Vendas, Maria do Rosário Carneiro, Isabel Jorge, Ana Couto, Teresa Portugal, Odete João, José Vera Jardim e Luís Braga da Cruz

Assunto: Alternativa à EN 229 entre Sótão e Viseu

Apresentado por: Miguel Gínestal e José Junqueiro

Assunto: Recolha e transporte de resíduos industriais banais no distrito de Évora

Apresentado por: Carlos Zorrinho e Paula Nobre de Deus

Assunto: Planeamento familiar
Apresentado por: Teresa Venda, Maria do Rosário Carneiro, Isabel Jorge, Ana Couto, Luís Braga da Cruz e Teresa Portugal

Assunto: Execução da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez
Apresentado por: Teresa Vendas, Maria do Rosário Carneiro, Isabel Jorge, Ana Couto, Teresa Portugal, Odete João, José Vera Jardim e Luís Braga da Cruz

Assunto: Alternativa à EN 229 entre Sótão e Viseu

Apresentado por: Miguel Gínestal e José Junqueiro

Assunto: Recolha e transporte de resíduos industriais banais no distrito de Évora

Apresentado por: Carlos Zorrinho e Paula Nobre de Deus

Assunto: Planeamento familiar
Apresentado por: Teresa Venda, Maria do Rosário Carneiro, Isabel Jorge, Ana Couto, Luís Braga da Cruz e Teresa Portugal

Assunto: Execução da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez
Apresentado por: Teresa Vendas, Maria do Rosário Carneiro, Isabel Jorge, Ana Couto, Teresa Portugal, Odete João, José Vera Jardim e Luís Braga da Cruz

Assunto: Alternativa à EN 229 entre Sótão e Viseu

Apresentado por: Miguel Gínestal e José Junqueiro

Assunto: Recolha e transporte de resíduos industriais banais no distrito de Évora

Apresentado por: Carlos Zorrinho e Paula Nobre de Deus

Assunto: Planeamento familiar
Apresentado por: Teresa Venda, Maria do Rosário Carneiro, Isabel Jorge, Ana Couto, Luís Braga da Cruz e Teresa Portugal

Assunto: Execução da Lei da Interrupção Voluntária da Gravidez
Apresentado por: Teresa Vendas, Maria do Rosário Carneiro, Isabel Jorge, Ana Couto, Teresa Portugal, Odete João, José Vera Jardim e Luís Braga da Cruz

Assunto: Alternativa à EN 229 entre Sótão e Viseu



UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS AUTÁRQUICAS



AUTÁRQUICAS 2005

